

II RELATÓRIO DE GESTÃO

II. 1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

(Item 1 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006)

- 1.1.1 **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL – 7ª REGIÃO FISCAL/RJ** (Unidade Gestora – 170116)
Órgão – 25801 Receita Federal do Brasil
CNPJ - 00.394.460/0107-08

1.1.4 **Natureza Jurídica** - Administração Pública Direta do Poder Executivo

1.1.5 **Vinculação Ministerial** - Ministério da Fazenda

1.1.6 **Gestão** – 00001 – Tesouro

1.1.7 **Função de Governo Predominante** – Função 04 – Administração

1.1.8 **Tipo de Atividade**: Administração Tributária Federal

1.1.9 **Situação da Unidade** – Em funcionamento

1.1.10 **Endereço** - Avenida Presidente Antônio Carlos, 375 – sala 320 – Castelo
Rio de Janeiro/RJ – CEP 22020-909
Telefones – (21) 3805-2372/2358 - Fax – (21) 2240-7333

1.1.11 www.receita.fazenda.gov.br

1.1.12 **Unidades gestoras (UGs) – códigos e nomes dos órgãos:**

UNIDADES GESTORAS	CÓDIGOS
ALFÂNDEGA DO PORTO DE VITÓRIA/ES (classe "A")	170102
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM VITÓRIA/ES (classe "B")	170103
ALFÂNDEGA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO/RJ (classe "A")	170118
DELEGACIA DA REC. FEDERAL EM VOLTA REDONDA/RJ (classe "C")	170119
DELEGACIA DA REC. FEDERAL EM CAMPOS GOITACAZES (classe "C")	170120
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NITERÓI (classe "B")	170121
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM NOVA IGUAÇU/RJ (classe "B")	170122
ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL/RJ (classe "A")	170125
DELEGACIA DA REC. FED. DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO RJ	170257
INSPETORIA DA REC. FEDERAL NO RIO DE JANEIRO/RJ (classe "A")	170258
DELEGACIA ESPECIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS/RJ	170316
ALFÂNDEGA DO PORTO DE ITAGUAÍ/RJ (classe "B")	170317
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO/RJ	170383
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM MACAÉ/RJ (classe "C")	170386

1.1.8 Norma de criação: A Secretaria da Receita Federal foi criada pelo Decreto nº 63.659/68 e sua estrutura está definida pelo Decreto nº 5.949 de 31 de outubro de 2006, DOU de 01/11/2006.

Artigo 123 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25/02/2005:

“Às Superintendências Regionais da Receita Federal – SRRF – compete, nos limites de suas jurisdições, planejar, programar, supervisionar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de tributação, de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de administração de cadastros, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas, bem assim as relacionadas com planejamento, organização e modernização.”

1.1.9 Norma que estabeleceu a estrutura Orgânica: Regimento Interno aprovado pelo Portaria MF nº 30 de 25/02/2005

1.1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno: 05/03/2005

Função do Governo Predominante – Função 04 – Administração

Tipo de Atividade: Administração Tributária Federal

Situação da Unidade: Em funcionamento

II. 2) OBJETIVOS E METAS:

(Item 2 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006)

II.2.1 - A ação da SRF está consolidada em um único Programa do PPA - (0770) Administração Tributária e Aduaneira. Este Programa visa melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior, isto é, as atividades exercidas na área do controle e administração fiscal do comércio exterior se sustentam nos mesmos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos alocados no restante das atividades da SRF.

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

O Programa Administração Tributária e Aduaneira é parte fundamental do esforço governamental de criar um ambiente macroeconômico estável, favorável ao crescimento econômico sustentado, ao saneamento das finanças públicas, bem como para a proteção da sociedade e da indústria nacional, por meio do combate à evasão fiscal, ao contrabando e ao descaminho.

II.2.2 – Descrição dos Programas de Trabalho

- GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA – RFB

Programa de Trabalho: 04122077022720001

PTRES : 0 3616

- AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA

Programa de Trabalho: 04125077022370001

PTRES : 0 3621

- ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA

Programa de Trabalho: 04129077022380001

PTRES : 0 3630

- ACOES DE CARATER SIGILOSO

Programa de Trabalho: 04183077028660001

PTRES : 0 3631

II.2.3 – Indicador de Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

Descrição: Avalia a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

Fórmula de cálculo:

1)Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2)Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Responsável: Copol / Comat

Dimensão: eficácia

II.2.4) Meta financeira prevista na Lei Orçamentária

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRÍÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Líquidado
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB		28.695.648,72
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA		2.996.576,57
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA		5.361.375,90
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO		917,20
TOTAL			37.649.697,24	37.054.518,39

Não foi feita análise das despesas por Programa de Trabalho por entendermos que é melhor compreendida quando feita por natureza de despesa. No item II.4.4, na análise do indicador de execução orçamentária (item II.2.3), o assunto é abordado de forma detalhada, ressalvando que será com enfoque orçamentário e não financeiro. Além das metas previstas na LOA, outras foram definidas conforme especificado abaixo. No item II.4.4, quando da análise dos resultados alcançados, o atingimento destas metas é avaliado através dos indicadores de gestão relacionados no item II.3 deste relatório.

Meta 01: Realização da meta de arrecadação – R\$ 81.039.912.000,00

Meta 02: Tempo de espera por atendimento (nos CAC e Agências) – 25 minutos

Meta 03: Redução do passivo tributário

Meta 03A: Agilidade na cobrança de processos fiscais, s/ pendência de compensação ou revisão de lançamento, em situação de cobrança final - meta para quantidade e valor

Quantidade - 30%

Valor – 35%

Meta 03B: Agilidade na cobrança de processos fiscais, s/ pendência de compensação ou revisão de lançamento, nas demais situações de cobrança - meta para quantidade e valor

Quantidade - 19%

Valor – 20%

Meta 03C: Controle dos processos de parcelamento - percentual (%) de inadimplência

Quantidade – 1%

Valor – 0,1%

Meta 04: Redução do tempo médio do despacho aduaneiro de importação, bruto e líquido

Tempo bruto - 10%

Tempo líquido - 5%

Meta 05: Redução do tempo médio do despacho aduaneiro de exportação, bruto e líquido

Tempo bruto - 5%

Tempo líquido - 5%

Meta 07: Qualidade da programação fiscal

Meta 07A: Percentual de MPF encerrados com resultado - 85%

Meta 07B: Percentual de horas despendidas em procedimentos de fiscalização sem resultado - 12%

Meta 08: Índice de presença fiscal - 18%

Meta 11: Realização do PROCAD anual - 100%

II. 3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

(Item 03 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006)

Os indicadores de gestão, abaixo relacionados, foram agrupados por Objetivo Institucional da SRF de forma a melhor facilitar o seu entendimento, permitindo a identificação de eventuais desvios no cumprimento da Missão, Valores e Visão de Futuro da SRF e uma visão integral da atuação da SRF.

Objetivo - Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário

Indicador 1)Realização da Meta Global de Arrecadação

Descrição: Mensura o grau de consecução da meta global de arrecadação como resultado do controle e recuperação do crédito tributário.

Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada no período dividida pela Meta de arrecadação para o período (receitas internas e receitas sobre o comércio exterior).

Responsável: Copat

Dimensão: eficácia

Indicador 2)Evolução nominal e real da Arrecadação

Descrição: Mede a evolução nominal e real da arrecadação.

Fórmula de cálculo: Arrecadação realizada do período dividida pela arrecadação realizada no mesmo período do ano anterior (nominal e atualizada).

Responsável: Corat

Dimensão: eficiência

Indicador 3) Grau de agilidade na cobrança dos CT em processo administrativo-fiscal sem pendência de compensação

Descrição: Mede a representatividade dos processos fiscais em cobrança final sem pendência de compensação na carteira de processos em cobrança sem pendência de compensação.

Fórmula de cálculo: Quantidade de processos na situação de cobrança final no Profisc

acima do limite para envio à PFN, sem pendência de compensação, há mais de 90 dias, dividida pela quantidade de processos em cobrança sem pendência de compensação.

Responsável: Corat/Codac

Dimensão: eficiência

Indicador 4) Grau de agilidade na solução do processo administrativo-fiscal com crédito tributário, exceto em julgamento

Descrição: Mede a representatividade dos processos fiscais passíveis de ações de controle, exceto julgamento, na carteira de processos em cobrança sem pendência de compensação

Fórmula de cálculo: Quantidade de processos nas situações de cobrança, há mais de 90 dias aguardando ciência do lançamento, pagamento ou impugnação, pagamento ou recurso voluntário, com ou sem recurso de ofício, pagamento ou

recurso especial, ciência de julgamento, em pedido de parcelamento, dividido pela quantidade de processos em cobrança sem pendência de compensação.

Responsável: Corat/Codac

Dimensão: eficiência

Objetivo - Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro

Indicador 5) Tempo médio do despacho aduaneiro de importação, bruto e líquido (descontado o tempo de interrupção)

Descrição: Mede a agilidade dos procedimentos aduaneiros na importação.

Fórmula de cálculo: Tempo médio do registro da DI até o seu desembarço, no período.

Responsável: Coana

Dimensão: eficiência

Indicador 6) Tempo médio do despacho aduaneiro de exportação (bruto e líquido-descontado o tempo de interrupção)

Descrição: Mede a agilidade dos procedimentos aduaneiros na exportação

Fórmula de cálculo: Tempo médio da recepção da documentação (DDE) até o seu desembarço, no período.

Responsável: Coana

Dimensão: eficiência

Indicador 7) Grau de interiorização dos despachos aduaneiros

Descrição: Mede a capilaridade do controle aduaneiro .

Fórmula de cálculo: Quantidade de despachos de importação e exportação realizados em zona secundária, no período, dividida pela quantidade total de despachos de importação e exportação no período.

Responsável: Coana

Dimensão: eficácia

Objetivo - Promover o atendimento de excelência ao contribuinte

Indicador 8) Tempo médio de espera nos CAC (Centro de Atendimento ao Contribuinte)

Descrição: Mede a agilidade na prestação de serviços nos CAC.

Fórmula de cálculo: Somatório do tempo total de espera nos CAC no período dividido pela quantidade de atendimentos nos CAC no período.

Responsável: Corat/Cofic

Dimensão: eficiência

Indicador 9) Conclusividade do atendimento nos CAC

Descrição: Mede o grau de conclusividade no atendimento pessoal, como um dos requisitos fundamentais de qualidade dos serviços prestados pela SRF.

Fórmula de cálculo: Quantidade de atendimentos conclusivos nos CAC dividida pela quantidade de atendimentos nos CAC.

Responsável: Corat/Cofic

Dimensão: Eficácia

Objetivo - Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros

Indicador 10) Evolução do valor de apreensões de mercadorias

Descrição: Mede a evolução da apreensão de mercadorias como resultado da presença fiscal na área aduaneira.

Fórmula de cálculo: Valor de apreensões de mercadorias no período dividido pelo valor de apreensões de mercadorias no mesmo período do ano anterior.

Responsável: Coana

Dimensão: Eficiência

Objetivo - Aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade na gestão orçamentária financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas

Indicador 11) Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

Descrição: Avalia a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

Fórmula de cálculo:

1)Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2)Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Responsável: Copol / Comat

Dimensão: eficácia

Objetivo - Aperfeiçoar a política de gestão de pessoas na SRF

Indicador 12) Execução orçamentária na área de capacitação e desenvolvimento

Descrição: Afere a eficácia da execução orçamentária na área de capacitação e desenvolvimento.

Fórmula de cálculo: Valor total das despesas realizadas no PROCAD até o período dividido pelo valor total das despesas programadas no PROCAD no exercício.

Responsável: Copol / Codrh

Dimensão: eficácia

Indicador 13) Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação

Descrição: Afere a profundidade dos eventos de capacitação.

Fórmula de cálculo: Quantidade de horas de treinamento realizado no exercício dividida pela quantidade de servidores treinados no exercício.

Responsável: Copol / Codrh

Dimensão: eficiência

Indicador 14) Grau de amplitude da capacitação dos servidores

Descrição: Afere o percentual de servidores capacitados por unidade..

Fórmula de cálculo: Quantidade de servidores treinados no exercício dividida pela quantidade de servidores no exercício.

Responsável: Copol /Codrh

Dimensão: Eficácia

Objetivo - Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal

Indicador 15) Presença fiscal na área de atuação de tributos internos

Descrição: Mensura o nível de presença fiscal nos segmentos de contribuintes priorizados pela fiscalização (grande e médio porte).

Fórmula de cálculo: Quantidade de contribuintes PJ, de grande e médio porte, fiscalizados nos tributos internos, até o período, dividida pela quantidade de contribuintes PJ declarantes, de médio e grande porte.

Responsável: Cofis

Dimensão: eficácia

Indicador 16) Execução das metas de fiscalização de contribuintes em tributos internos

Descrição: Mede o nível de cumprimento das metas programadas.

Fórmula de cálculo: Quantidade de contribuintes fiscalizados no período (global, por categoria e porte) dividida pela quantidade de contribuintes programados para o período (global, por categoria e porte).

Responsável: Cofis

Dimensão: eficácia

Objetivo - Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação

Indicador 17) Evolução de ocorrência de consultas externas sobre interpretação da legislação tributária.

Fórmula de cálculo: Quantidade de consultas externas no período dividida pela quantidade de consultas externas no mesmo período do ano anterior.

Objetivo do indicador: Aferir o grau de simplicidade, clareza e precisão da legislação tributária, sob a ótica do obrigado tributário.

Responsável: Cosit

Dimensão: efetividade.

II. 4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

(Item 04 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006 c/c Anexo IX da Portaria CGU nº 555/06)

4.1 – Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.

4.1.a - A ação da SRF está consolidada em um único Programa do PPA - (0770) Administração Tributária e Aduaneira. Este Programa visa melhor refletir a realidade da Instituição, que atua de forma integrada na administração dos tributos internos e sobre o comércio exterior, isto é, as atividades exercidas na área do controle e administração fiscal do comércio exterior se sustentam nos mesmos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos alocados no restante das atividades da SRF.

Todas as ações que compõem o atual Programa da SRF - (0770) Administração Tributária e Aduaneira - representam um fluxo único de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

O Programa Administração Tributária e Aduaneira é parte fundamental do esforço governamental de criar um ambiente macroeconômico estável, favorável ao crescimento econômico sustentado, ao saneamento das finanças públicas, bem como para a proteção da sociedade e da indústria nacional, por meio do combate à evasão fiscal, ao contrabando e ao descaminho.

4.1.b – Maiores contratos

MAIORES CONTRATOS 7º RF					
Nº PROCED. LICITATÓRIO	ND	UNIDADE	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR
INEXIGIBILIDADE					
ALF/GIG 03/2006	339020 ALF/GIG	VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA	peças para scanner	450.855,00	
SRRF 03/2006	339039 SRRF	EFAI - ESCOLA DE PILOTAGEM LTDA.	curso de pilotagem	450.000,00	
ALF/RJ0 02/2006	339039 ALF/RJO	EBCO SYSTEMS LTDA.	manutenção de raio X	286.200,00	
ALF/VIT-ES 02/2006	339039 ALF/VIT	ESCELSA - ESP.SANTO CENT.ELÉTRICA	energia elétrica	153.729,17	
DRF/NIT 004/2004	339039 DRF/NIT	ECT - EMP.BRAS.DE CORR. E TELÉGR.	correspondência	132.000,00	
ALF/GIG 03/2006	339039 ALF/GIG	VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA	conserto de scanner	69.408,50	
DERAT 01/2006	339039 DERAT	CEDAE - CIA. EST.ÁGUAS E ESGOTO	fornecimento de água e saneamento	42.256,07	
SRRF 01/2006	339039 SRRF	ADIGO - CONS.APOIO DESENV. LTDA.	formação de consultores internos	34.000,00	
DRF/NIT 001/2006	339039 DRF/NIT	ÁGUAS DE NITERÓI S/A	fornecimento de água e saneamento	32.912,16	
ALF/VIT-ES 03/2006	339039 ALF/VIT	CESAN -CIA. ESP. SANTENSE SANEAM.	fornecimento de água e saneamento	14.101,36	
DISPENSA					
SRRF 35/2006	339033 SRRF	VOETUR TURISMO LTDA.	fornecimento passagens aéreas	565.380,00	
ALF/RJ0 46/2001	339039 ALF/RJO	UERJ - UNIV. EST. DO RIO DE JANEIRO	laboratório	563.958,05	
ALF/RJ0 02/2006	339039 ALF/RJO	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA	energia elétrica	528.000,00	
DERAT 08/2006	339039 DERAT	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA	energia elétrica	520.995,19	
SRRF 100/2005	339037 SRRF	TRANSEGUR VIG. SEG. LTDA.	vigiância	495.000,00	
DRF/NIT 001/2004	339039 DRF/NIT	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A	energia elétrica	360.000,00	
DRF/CGZ 25/2005	339039 DRF/CGZ	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A	energia elétrica	337.326,09	
DRF/NIT 14/2002	339039 DRF/NIT	ECT - EMP.BRAS.DE CORR. E TELÉGR.	correspondência	192.504,00	
DRF/VRA 10/2003	339039 DRF/VRA	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA	energia elétrica	181.752,42	
SRRF 15/2006	339039 SRRF	LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA	energia elétrica	80.000,00	
PREGÃO					
SRRF 20/2004	339037 DERAT	ARTLIMP SERVIÇOS LTDA.	terceirização	1.073.844,48	
SRRF 05/2005	339037 DERAT	TRANSEGUR VIG. SEG. LTDA.	vigiância	717.016,80	
SRRF 05/2005	339037 ALF/RJO	TRANSEGUR VIG. SEG. LTDA.	vigiância	637.151,28	
COPOL 06/2003	339039 SRRF	EBCO SYSTEMS LTDA.	operação de scanner e raios X	441.158,88	

SRRF 06/2006	339039 SRRF	PEÇA OIL DISTRIBUIDORA LTDA.	manutenção da frota de veículos	412.110,00
SRRF 20/2004	339037 SRRF	FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.	terceirização	354.398,64
DRF/VIT 01/2006	339037 DRF/VIT	SERGE SERV. CONSERV. LIMPEZA	terceirização	299.046,48
SRRF 13/2005	339039 SRRF	TELERJ CELULAR S/A (VIVO)	telefonia móvel	291.061,20
DRF/VIT 09/2006	339037 DRF/VIT	ROMATUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	fornecimento passagens aéreas	260.000,00
DRF/VIT 06/2004	339037 DRF/VIT	WISEL E SEGURANÇA LTDA.	vigilância	219.955,92
CONCORRÊNCIA				
SRRF INT 01/2005	449052 SRRF	HELIBRÁS - HELICÓPT.DO BRASIL LTDA.	aquisição de dois helicópteros	28.767.838,68
SRRF 03/2005	449052 SRRF	NAUTICAL PARTS LTDA.	aquisição de duas lanchas	7.977.360,00
SRRF 01/2001	339039 SRRF	LHM AR CONDICIONADO LTDA.	manutenção predial no RJ e ES	5.047.789,06
SRRF 01/2003	339039 SRRF	LHM AR CONDICIONADO LTDA.	manut.dos sistemas. de ar condic. central	1.459.721,95
SRRF 01/2006	449051 SRRF	TECNOSOLO ENGENHARIA LTDA.	obra na Ilha de Santa Bárbara	891.559,71
SRRF 02/2006	449051 SRRF	CBR ENGENHARIA LTDA.	elaboração de projeto de rede-item 2	384.680,00
SRRF 02/2006	449051 SRRF	CBR ENGENHARIA LTDA.	elaboração de projeto de rede-item 3	259.000,00
SRRF 02/2006	449051 SRRF	CBR ENGENHARIA LTDA.	elaboração de projeto de rede-item 1	253.416,00

4.2 Indicador - Execução orçamentária das despesas de custeio, exceto para o Procad, e investimentos.

Descrição: Avalia a eficácia da gestão orçamentária pelas Unidades da SRF.

Fórmula de cálculo:

1)Valor total das despesas de custeio realizadas, exceto Procad, até o período, dividido pelo valor total das despesas de custeio programadas, exceto Procad, no exercício.

2)Valor total das despesas de investimento realizadas, até o período, dividido pelo valor total das despesas de investimento programadas no exercício.

Responsável: Copol / Comat

Dimensão: eficácia

4.3 – Metas físicas e financeiras realizadas

Demonstrativo de Despesa Prevista e Realizada em 2006

PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	DESCRÍÇÃO	Meta Financeira Prevista	Crédito Empenhado Liquidado
0 3616	04122077022720001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - RFB	28.695.648,72	
0 3621	04125077022370001	AUDITORIA E FISCALIZACAO TRIBUTARIA	2.996.576,57	
0 3630	04129077022380001	ARRECADACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA	5.361.375,90	
0 3631	04183077028660001	ACOES DE CARATER SIGILOSO	917,20	
TOTAL			37.649.697,24	37.054.518,39

4.4 – Avaliação dos resultados alcançados

A apresentação dos resultados alcançados, de forma consolidada para a Região, a exemplo do item anterior, está estruturada por Objetivo Institucional. É importante ressaltar que, apesar de todos os indicadores estarem vinculados a um objetivo, nem sempre o inverso ocorre. Portanto, para alguns destes, faremos, apenas, o relato dos fatos relevantes vinculados.

Objetivo - Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário

Na análise dos indicadores “Realização da Meta Global de Arrecadação” (indicador 1) e “Evolução Nominal e Real da Arrecadação” (indicador 2), a 7ª Região Fiscal atingiu o valor de R\$ 78.570.312.963,00 para os impostos e contribuições por ela administrados no ano de 2006.

Atualizando-se os valores de arrecadação para a referência dezembro de 2006 (IPCA-IBGE), obtém-se o desempenho real da arrecadação. Quanto à previsão, temos a realização da meta desde o ano de 2003 até 2006, conforme os quadros a seguir:

RECEITA ADMINISTRADA
(real corrigida pelo IPCA-IBGE referência Dezembro/2006)

	ARRECADAÇÃO (R\$ MIL)		VARIAÇÃO %	
	NOMINAL	REAL	NOMINAL	REAL
2006	78.570.313	79.592.490	+6,52	+2,31
2005	73.759.508	77.793.122		

Fonte: Sistema SIADI/ SIGAR
 IPCA-IBGE-Dezembro/06=0,48%

ANO	ARRECADAÇÃO (R\$MIL)	PREVISÃO (R\$MIL)	REALIZAÇÃO %
2006	78.570.313	81.039.912	96,95
2005	73.759.508	68.455.883	107,74
2004	61.324.985	63.192.524	97,04
2003	56.496.469	53.478.151	105,64

Fonte: Sistema SIADI

A realização da meta global de arrecadação até o 4º trimestre de 2006 alcançou o índice de 96,95%. O resultado foi muito influenciado pela arrecadação da principal empresa do setor econômico de Refino de Petróleo e responsável por mais de 50% dos tributos IRPJ e CSLL na 7ª Região Fiscal, que pagou Juros s/ o Capital Próprio aos acionistas reduzindo muito a apuração do lucro no 4º trimestre, diminuindo sua arrecadação em cerca de R\$ 1,2 bilhão, mas que, ao final, é mais favorável ao Governo Federal, que recebeu de receita não tributária mais de R\$ 2,3 bilhões a título de juros. Também tivemos um incidente com a principal empresa do setor de Metalurgia que, devido à quebra de seu maior alto-forno, deixou de recolher, no primeiro semestre de 2006, cerca de R\$ 600 milhões de reais. Outro fator não menos importante, e que teve reflexos em quase todas as Regiões Fiscais, foi a estimativa do crescimento do PIB brasileiro em 4,5%, pela Secretaria de Política Econômica do

Ministério da Fazenda, que foi utilizado como principal índice para a elaboração da previsão, enquanto o PIB cresceu de fato 2,9%.

A variação nominal da arrecadação e até o 4º trimestre chegou a 106,52%. Quando comparamos o índice regional, refletindo o resultado do ano inteiro, com o índice nacional, que foi 108,10%, vemos que os valores são bem próximos e considerando a variação real da arrecadação entre 2005 e 2006 com os valores corrigidos pelo IPCA até dezembro de 2006, temos um índice de 102,31%, o que indica um crescimento considerável na arrecadação, devido aos fatores já mencionados. Abaixo temos uma análise mais detalhada dos principais tributos que influenciaram o resultado.

Análise da Arrecadação 2006 em relação a 2005

A arrecadação das receitas administradas pela 7ª RF apresentou, no acumulado de dezembro de 2006, acréscimo nominal de 6,52% e, corrigindo-se a arrecadação anterior pelo IPCA/IBGE, encontramos acréscimo real de 2,31%.

A seguir, estão discriminadas, por tributo, as variações reais mais relevantes e os fatores que concorreram para o resultado:

- **I. Importação (+9,27%) e IPI-Vinculado (+5,09%):** reflexo principalmente do comportamento da atividade econômica de Produção e Distribuição de Energia Elétrica, com aumento de 9.619,57% no I.I., e de 1.954,76% no IPI-Vinculado oriundo de Auto de Infração lavrado na 10ª Região Fiscal, com mais de 60% do total recolhido para a 7ª RF e que foi o principal pagamento à vista ocorrido com os benefícios do Paex (Parcelamento Excepcional) na região. Houve também crescimento muito acentuado nas operações aduaneiras dos setores econômicos Extração de Petróleo e Gás Natural (+113,20%) e Apoio a Extração de Petróleo (+41,32%).
- **IPI-Industrial (-9,52%):** a queda deve-se, principalmente, pelo desempenho verificado no setor econômico Metalurgia, com -37,41%, devido a incidente com o alto-forno da principal empresa do setor, causando queda de cerca de 80% na produção, de janeiro a junho, com perdas estimadas em mais de R\$ 100 milhões em arrecadação do tributo.
- **IRPJ (+1,03%) e CSLL (-1,59%):** apesar da queda de arrecadação verificada nos meses de novembro e dezembro, no acumulado do ano inteiro as arrecadações se mantiveram praticamente estáveis. Foi registrado crescimento principalmente nos setores econômicos Fabricação de Coque e Refino de Petróleo (+19,87% no IRPJ e +20,02% na CSLL) e Extração de Minerais Metálicos (+30,52% no IRPJ e +17,13% na CSLL).
- **CPMF (-16,53%):** reflexo da perda de importante contribuinte da área de bancos de varejo, que transferiu o domicílio fiscal para a 6ª RF.

- **IRRF - Rendimentos do Trabalho (+13,63%)**: a partir da edição da Lei 11.196/05, que alterou o vencimento do tributo de semanal para mensal, a arrecadação se tornou regular e a comparação muitas vezes resulta em variações sem que haja falta de regularidade nos pagamentos. A referida lei ainda coloca o vencimento do IRRF referente do 13º salário pago nos dois primeiros decêndios de dezembro dentro do próprio mês, resultando num aumento expressivo na arrecadação desse tributo no mês de dezembro.
- **IRRF- Rend. do Capital (+5,69%)**: o principal responsável pelo resultado foi o recolhimento no CE 5706 – Juros sobre o Capital Próprio de empresas das atividades Refino de Petróleo, no valor R\$ 171 milhões, e 7414 – Gestão de Participações Societárias (Holdings), com mais de R\$ 177 milhões, concentrado em empresa de participações ligada ao setor de extração de minério de ferro. Este aumento foi parcialmente compensado pela pequena queda na arrecadação do código 6800 – IRRF Aplic. Fin. Fundos Renda Fixa, no valor de R\$ 45,7 milhões devido à diminuição da taxa Selic no segundo semestre, principal referência dos fundos de Investimento.
- **IRRF- Remessas p/ Exterior (+31,39%)**: esta arrecadação anda em paralelo com o CE 5706, refletindo o resultado do código 9453 - Juros sobre o Capital Próprio Rem. Exterior (+34,53%), ocorrendo principalmente nas atividades econômicas Refino de Petróleo e Holdings, com mais de R\$ 441 milhões de arrecadação para o primeiro e quase R\$ 26 milhões para o segundo.
- **COFINS (-3,34%) e PIS/Pasep (-0,27%)**: o resultado se deve a arrecadação nos códigos 6840 – Cofins Combustíveis e 6824 – Pis Combustíveis que caíram nominalmente 13,70% e 2,10%, respectivamente. Nos principais códigos houve aumentos nominais superiores a 12%. Em valor, as quedas nos códigos 6840 e 6824 totalizam cerca de R\$ 102 e R\$ 24 milhões, respectivamente. Desta forma, a atividade econômica Comércio Atacadista de Combustíveis registrou queda de 40,68% na Cofins e 6,59% no Pis.

Não foi possível uma análise histórica dos indicadores 3 e 4 porque ao longo dos anos de 2004 a 2006, foram definidas diferentes metodologias de cálculo.

Em 2004, as fórmulas de cálculo dos indicadores 3 e 4 eram:

- Indicador 3 quantidade: Quantidade de processos há mais de 90 dias na situação de cobrança final no Profisc, acima do limite para envio à PFN, **sem pendência de compensação**, dividida pela quantidade de processos em cobrança **sem pendência de compensação**.
- Indicador 4 quantidade: Quantidade de processos há mais de 90 dias nas demais situações de cobrança no Profisc dividida pela quantidade de processos em cobrança **sem pendência de compensação**.

A partir de 2005, passou-se a acompanhar, também, o atributo valor de processo, além da quantidade. As fórmulas de cálculo dos indicadores 3 e 4 passaram a ser:

- Indicador 3 quantidade/valor: Quantidade/Valor de processos há mais de 90 dias na situação de cobrança final no Profisc, acima do limite para envio à PFN, **sem pendência de compensação e/ou revisão de lançamento**, dividida pela quantidade/valor de processos em cobrança **sem pendência de compensação e/ou revisão de lançamento**.

- Indicador 4 quantidade/valor: Quantidade/Valor de processos há mais de 90 dias nas demais situações de cobrança no Profisc dividida pela quantidade/valor de processos em cobrança **sem pendência de compensação e/ou revisão de lançamento**.

Finalmente em 2006, passou-se a utilizar a mesma grandeza tanto no numerador quanto no denominador. Dessa forma, as fórmulas de cálculo dos indicadores 3 e 4 passaram a ser:

- Indicador 3 quantidade/valor: Quantidade/Valor de processos há mais de 90 dias na situação de **cobrança final** no Profisc, acima do limite para envio à PFN, **sem pendência de compensação e/ou revisão de lançamento (considerando a data da retirada da pendência)**, dividida pela quantidade/valor de processos em **cobrança final sem pendência de compensação e/ou revisão de lançamento, acima do limite para envio à PFN**.

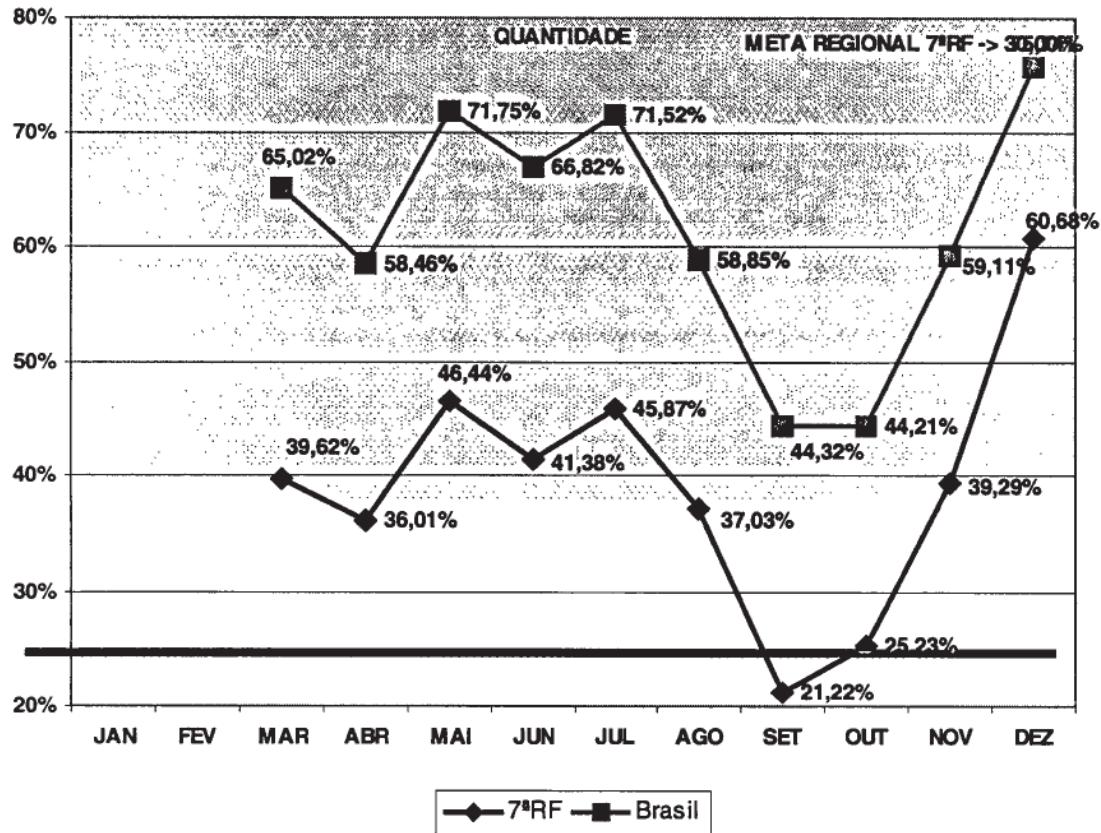
- Indicador 4 quantidade/valor: Quantidade/valor de processos nas demais situações de cobrança, há mais de 90 dias, dividido pela **quantidade/valor total** de processos nas **demais situações de cobrança**.

Vale ressaltar que, apesar da mudança de critérios, ao longo desses anos, a 7^ªRF quase sempre ficou abaixo do índice nacional.

Para o ano de 2006, com relação ao Indicador 3 quantidade (Meta 03A), a 7^ªRF encerrou o ano com o índice de **60,68%** (1.704 processos em **cobrança final sem pendência há mais de 90 dias da data da retirada da pendência** de uma carteira com 2.808 processos em **cobrança final acima PFN sem pendência**). No ano, ocorreu aumento de 53,15% no índice regional contra alta de 16,49% do indicador Brasil. O substancial acréscimo ocorrido é reflexo do PAEX. **A meta estipulada (30,00%) não foi alcançada.**

Obs.: Gerencial do Profisc para fins do indicador 3 implementado somente em março.

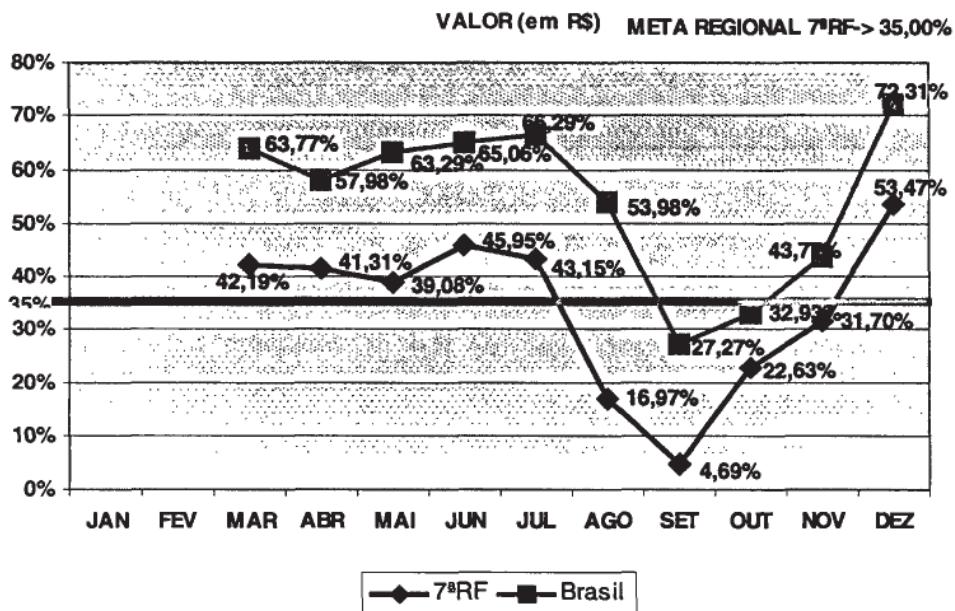
INDICADOR Nº 3 - AGILIDADE NA COBRANÇA DOS PROCESSOS FISCAIS, SEM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO E/OU REVISÃO DE LANÇAMENTO, HÁ MAIS DE 90 DIAS NA SITUAÇÃO DE COBRANÇA FINAL - 2006



Em relação ao Indicador 3 valor (meta 03A), a Região, ao final de **2006**, registrou o percentual de **53,47%** (R\$ 971.961.418,00 em processos em **cobrança final sem pendência há mais de 90 dias da data da retirada da pendência** de uma carteira com R\$ 1.817.719.464,00 em processos em **cobrança final acima PFN sem pendência**). No ano, ocorreu alta de 26,74% no índice regional contra elevação de 13,39% do indicador Brasil. O substancial acréscimo ocorrido é reflexo do PAEX. **A meta estipulada (35,00%) não foi alcançada.**

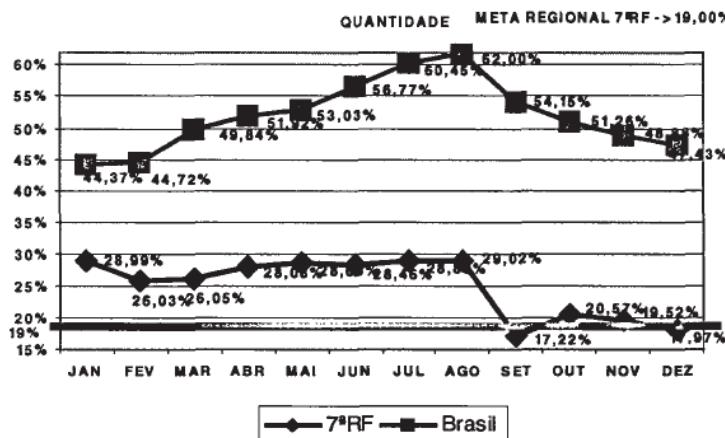
Obs.: Gerencial do Profisc para fins do indicador 3 implementado somente em março.

INDICADOR Nº 3 - AGILIDADE NA COBRANÇA DOS PROCESSOS FISCAIS, SEM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO E/OU REVISÃO DE LANÇAMENTO, HÁ MAIS DE 90 DIAS NA SITUAÇÃO DE COBRANÇA FINAL - 2006



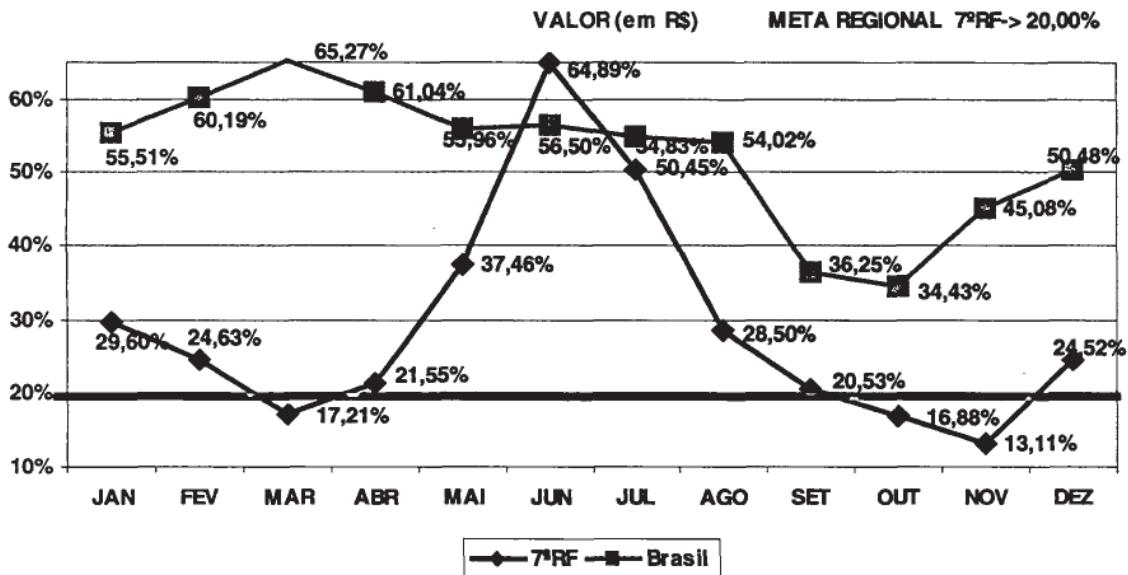
Com relação ao indicador 4 quantidade (Meta 03B), o índice obtido pela 7^aRF, ao término de 2006, foi de 17,97% (507 processos nas **demais fases há mais de 90 dias** de uma carteira com 2.821processos nas **demais fases**). No ano, houve redução de 38,01% no índice regional contra aumento de 6,90% do indicador Brasil. **A meta estipulada (19,00%) foi alcançada.**

INDICADOR Nº 4 - AGILIDADE NA COBRANÇA DOS PROCESSOS FISCAIS, SEM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO E/OU REVISÃO DE LANÇAMENTO, HÁMAIS DE 90 DIAS NAS DEMAIS SITUAÇÕES DE COBRANÇA - 2006



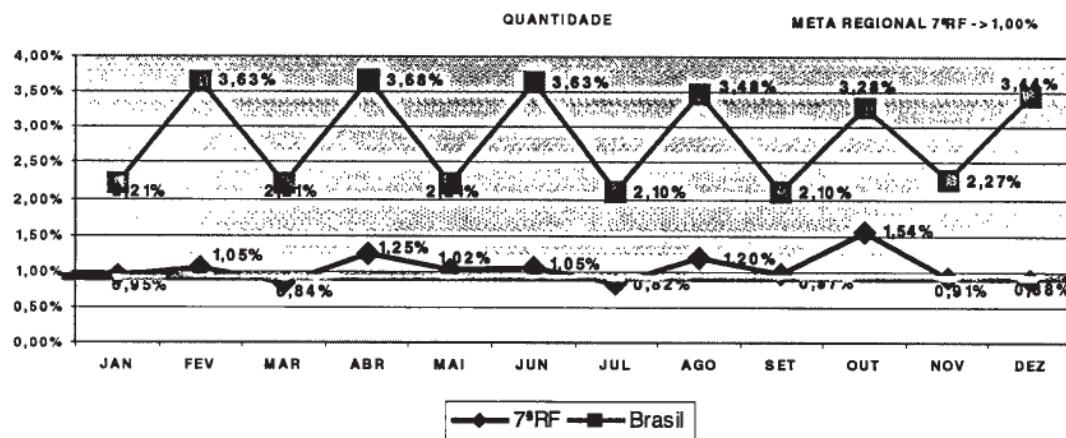
Em relação ao indicador 4 valor (Meta 03B), o percentual alcançado pela Região, no encerramento de 2006, ficou em **24,52%** (R\$ 404.748.132,00 em processos nas ***demais fases há mais de 90 dias*** de uma carteira com R\$ 1.651.022.342,00 em processos nas ***demais fases***). No ano, houve redução no índice de 17,16% contra decréscimo de 9,06% do indicador Brasil. O substancial acréscimo ocorrido em maio/junho é reflexo de dois processos de valores elevados na situação, que, posteriormente, foram trabalhados. A meta estipulada (**20,00%**) não foi alcançada.

INDICADOR Nº4 - AGILIDADE NA COBRANÇA DOS PROCESSOS FISCAIS, SEM PENDÊNCIA DE COMPENSAÇÃO E/OU REVISÃO DE LANÇAMENTO, HÁ MAIS DE 90 DIAS NAS DEMAIS SITUAÇÕES DE COBRANÇA - 2006



Para o parcelamento (índice de quantidade) a Região, ao final de 2006, registrou o percentual de **0,88%** (270 processos com três ou mais prestações em atraso de uma carteira com 30.641 processos de parcelamento ativos). No ano, houve redução no percentual de 0,95% para 0,88%. A região encerrou o período na 1ª posição nacional. A meta regional 03C (**1,00%**) foi alcançada.

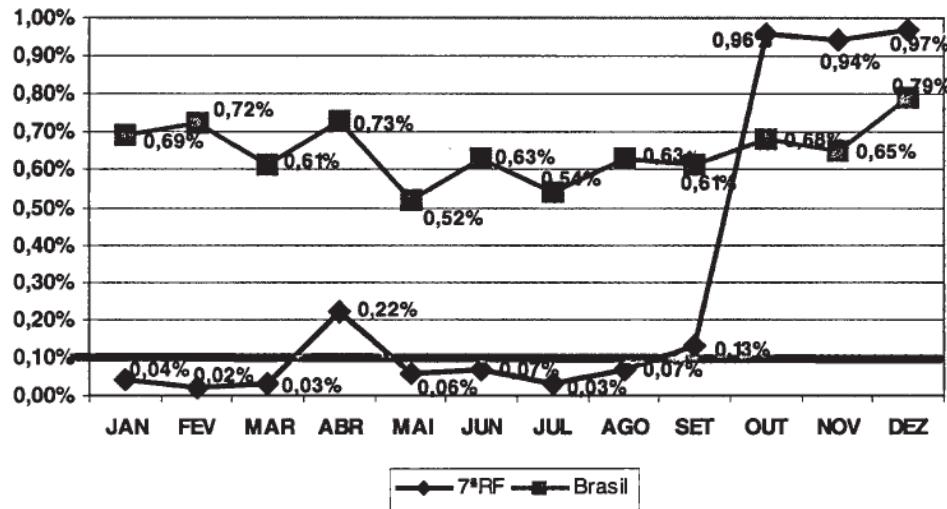
**EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DE INADIMPLÊNCIA DO PARCELAMENTO
(07^{RF} X BRASIL) - 2006**



No caso do índice de valor (Meta 03C) , a Região, ao final de 2006, registrou o percentual de 0,97% (R\$ 5.559.354,00 em processos com três ou mais prestações em atraso de uma carteira com R\$ 575.752.457,00 em processos de parcelamento ativos). No ano, o percentual aumentou de 0,04% para 0,97%, devido a processo de elevado valor, que, posteriormente, foi rescindido e enviado à PFN em 26/01/2007. A região passou da 1^a para a 9^a posição nacional. **A meta regional (0,10%) não foi alcançada.**

**EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DE INADIMPLÊNCIA DO PARCELAMENTO
(07^{RF} X BRASIL) - 2006**

VALOR (em R\$) META REGIONAL 7^{RF}-> 0,10%



Objetivo - Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro

Quanto aos indicadores:

- Indicador nº 5: Tempo médio do despacho aduaneiro de importação, bruto e líquido (descontado o tempo de interrupção)

Considera-se tempo médio líquido o somatório dos tempos desde a distribuição até o desembaraço da declaração de importação excluindo as interrupções (exigências), ou seja, só consideramos o tempo em que a Receita atua.

Considera-se tempo médio bruto o somatório dos tempos desde a distribuição até o desembaraço, ou seja, são considerados inclusive os tempos em que os Órgãos anuentes (Anvisa, Ministério da Agricultura, Ministério do Exército, etc ...) atuam.

Os tempos são apresentados em dias.

Comparação Tempo de Despacho nas Importações

	2005	2006
Tempo Médio Líquido SRF	0,64	0,65
Tempo Médio Líquido SRRF07	0,68	0,64
Tempo Médio Bruto SRF	2,95	3,45
Tempo Médio Bruto SRRF07	4,83	5,86

Fonte: Gerencial Aduaneiro

Como podemos observar, de 2005 para 2006, houve um aumento de 1,56% no tempo médio líquido de importação da média Brasil, enquanto a SRRF07 conseguiu baixar o seu tempo em 5,09%. Em relação ao tempo bruto, a variação ficou em mais 16,95% na média Brasil, tendo a SRRF07 aumentado em 21,33%. Assim sendo, a meta 04, de redução do tempo médio do despacho aduaneiro de importação, bruto e líquido em 10% e 5%, respectivamente, foi cumprida apenas para o tempo líquido

Relativamente ao tempo de despacho, as unidades aduaneiras que mais se destacaram na importação foram a DRF/Nova Iguaçu (-95,4%: de 5,37 dias para 0,1 dia), a ALF/Porto do RJ (-93,3%: de 3,62 dias para 0,07 dia) e a DRF/Niterói (-92,1%: de 7,79 dias para 0,09 dia).

- Indicador nº 6: Tempo médio do despacho aduaneiro de exportação, bruto e líquido (descontado o tempo de interrupção)

Comparação Tempo de Despacho nas Exportações

	2005	2006
Tempo Médio Líquido SRF	0,58	0,46
Tempo Médio Líquido SRRF07	0,97	0,5
Tempo Médio Bruto SRF	0,63	0,52
Tempo Médio Bruto SRRF07	1,19	0,58

Fonte: Gerencial Aduaneiro

De 2005 para 2006, houve uma queda expressiva no tempo médio líquido de exportação - a média Brasil diminui 20,69%, enquanto a SRRF07 conseguiu baixar o seu tempo em 48,45%. Em relação ao tempo bruto, a redução foi de 17,46% na média Brasil e a SRRF07 conseguiu diminuir seu tempo em 51,26%. Assim sendo, a meta 05, de redução do tempo médio do despacho aduaneiro de exportação, bruto e líquido, ambos em 5%, foi cumprida nos dois casos.

Na exportação, os melhores desempenhos foram obtidos pela IRF/Macaé (-98,2%: de 6,66 dias para 0,12 dia), a IRF/Rio de Janeiro (-88,5%: de 1,56 dia para 0,18 dia) e a ALF/Porto de Vitória (-77,4%: de 1,86 dia para 0,42 dia).

Por outro lado, a diminuição do tempo de despacho não gerou decréscimo na qualidade do serviço, tanto que as apreensões em 2001 atingiram o montante de R\$ 51,8 milhões, e em 2006, R\$ 207,85 milhões, representando um acréscimo de 301,2%.

Os quadros abaixo mostram a evolução dos tempos líquidos e brutos de importação e exportação, para o período 2003/2006.

DI DESEMBARAÇADAS + DI COM EXAME PRELIMINAR DE VALOR CONCLUÍDO (VD + AM + VM + CZ)

Tempos Importação	2003		2004		2005		2006	
	TL	TB	TL	TB	TL	TB	TL	TB
7ª RF	1,74	5,59	1,01	4,96	0,68	4,83	0,64	5,86
Média SRF	1,02	3,39	0,83	3,3	0,64	2,95	0,65	3,45

Fonte: Gerencial Aduaneiro

VD = canal verde

AM = canal amarelo

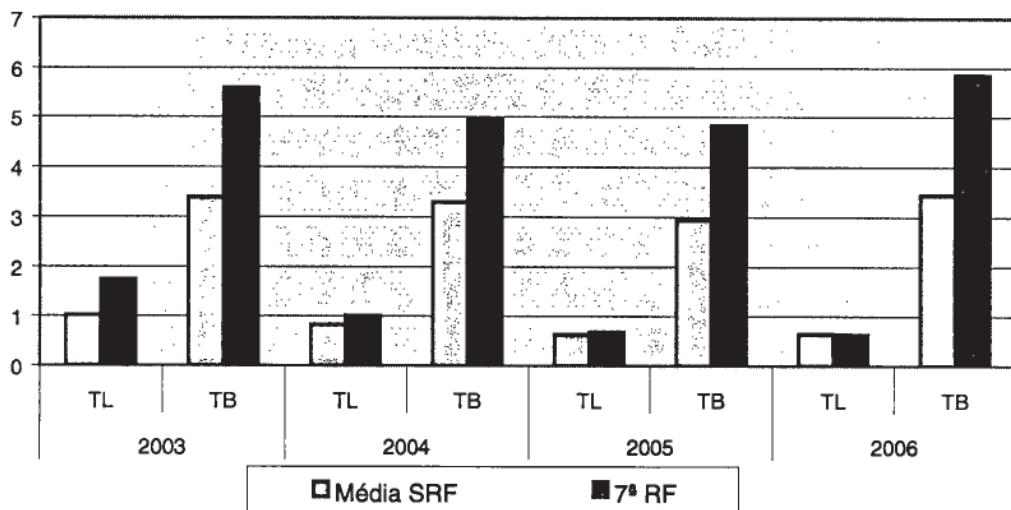
VM = canal vermelho

CZ = canal cinza

DI = declaração de importação

Se comparado com o período 2003/2006, o tempo médio líquido na importação caiu de 1,74 dias em 2003 para 0,64 dia em 2006, representando uma queda de 63,22%.

Tempos Líquido e Bruto na Importação



DDE DESEMBARAÇADA (Vd + Lj + Vm)

Tempos Exportação	2003		2004		2005		2006	
	TL	TB	TL	TB	TL	TB	TL	TB
7ª RF	1,82	1,95	2,35	2,41	0,97	1,19	0,17	0,2
Média SRF	0,84	0,89	0,82	0,85	0,58	0,63	0,39	0,45

Fonte: Gerencial Aduaneiro

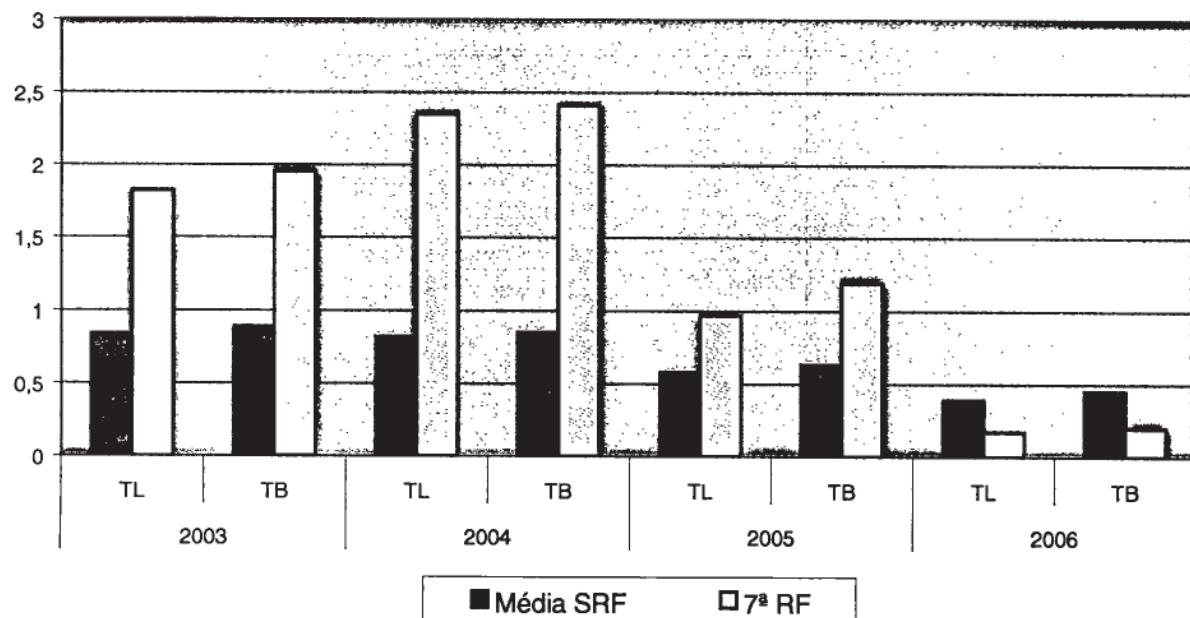
VD = canal verde

LG = canal laranja

CV = canal vermelho

DDE = declaração de despacho de exportação

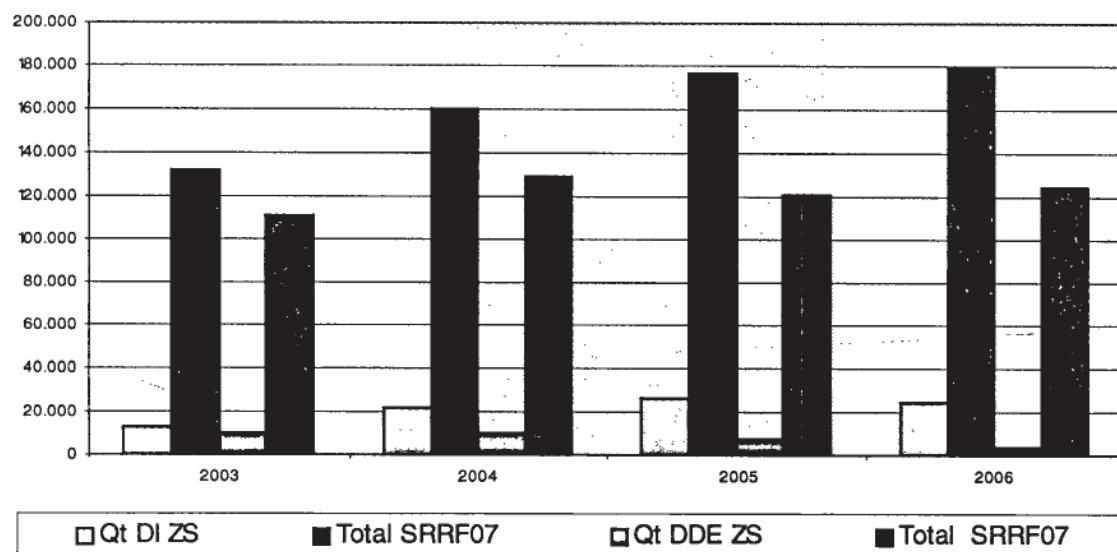
Tempos Líquido e Bruto na Exportação



Se comparado com o período 2003/2006, o tempo médio líquido na exportação caiu de 1,82 dia para 0,17 dia, representando um decréscimo de 90,66%.

Indicador nº 7: Grau de interiorização dos despachos aduaneiros – não computados os dados do porto seco de Vitória

**Quantidade de despachos de Importação e Exportação
nas Unidades Aduaneiras de Zona Secundária em relação ao total da SRRF07**

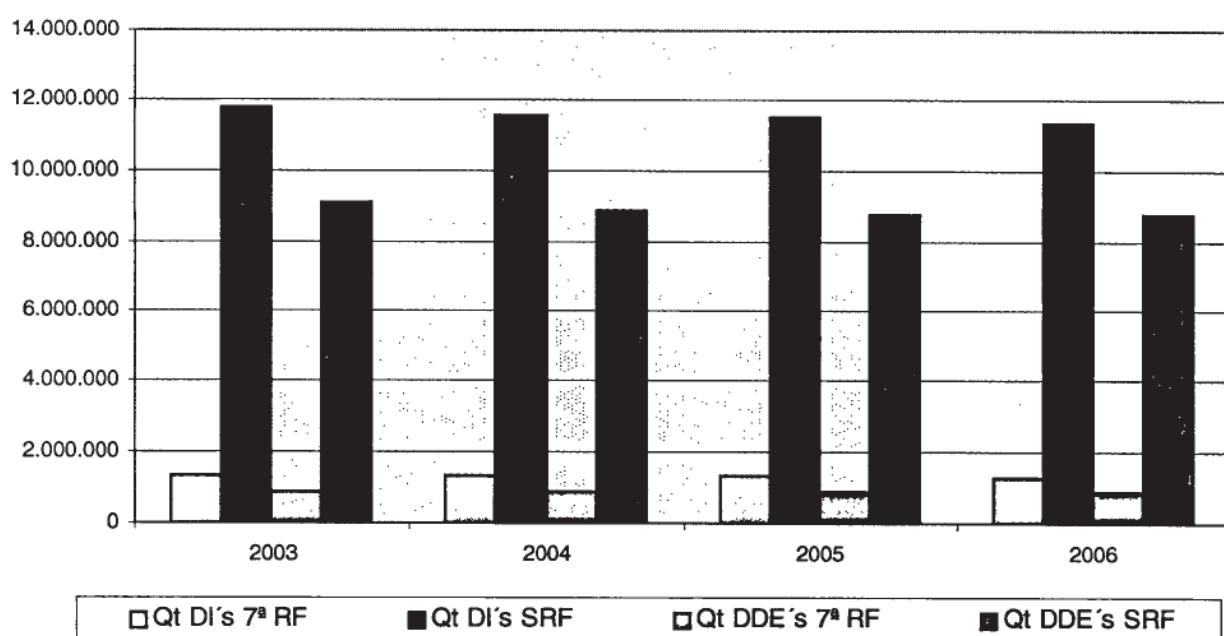


Outros Indicadores

- Quantidade de Declarações e Valores registrados

Analizando os dados obtidos através dos sistemas aduaneiros, podemos verificar que houve um pequeno decréscimo na quantidade de registro de declarações de importação e exportação e, consequentemente, nos valores apurados. Podemos atribuir este fato às novas exigências para habilitação de intervenientes no comércio exterior e ao monitoramento permitido pelo sistema Radar, instrumento eficaz de prevenção e combate à interposição fraudulenta.

Quantidade de Declarações de Importação e Exportação



Quantidade de Declarações de Importação

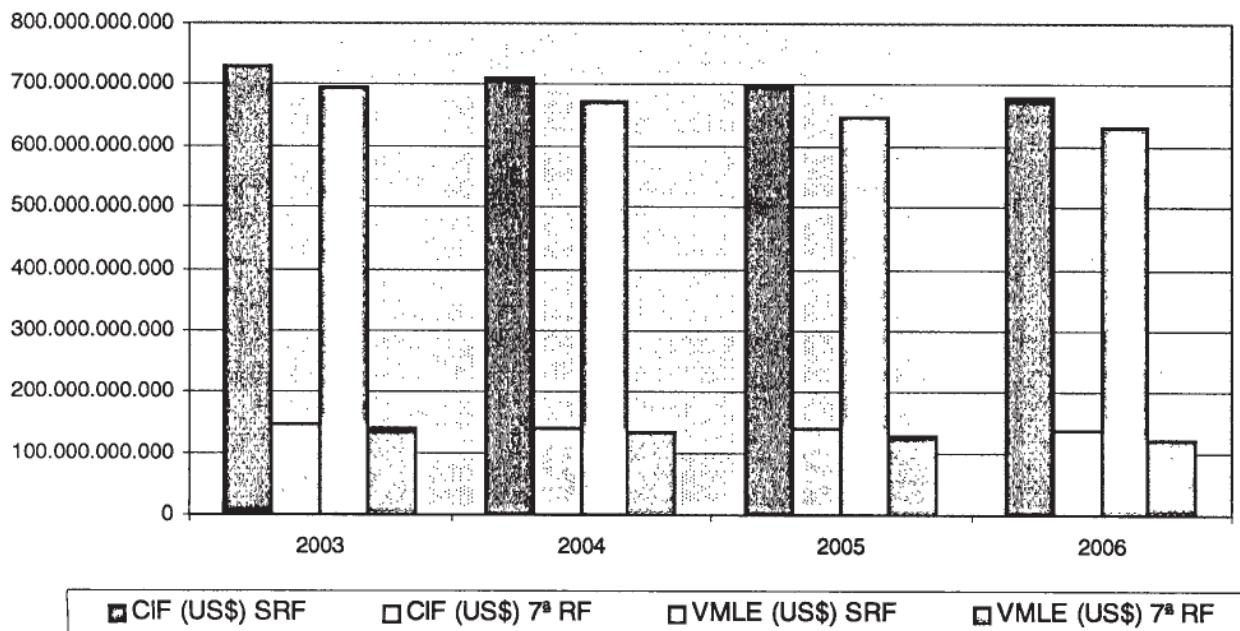
Qt DI's	2003	2004	2005	2006
7ª RF	1.358.407	1.330.348	1.314.038	1.308.776
Total SRF	11.756.719	11.569.053	11.478.314	11.321.850

Fonte: DW

Quantidade de Declarações de Exportação

Qt DDE's	2003	2004	2005	2006
7ª RF	918.369	900.233	896.095	890.618
Total SRF	9.072.462	8.847.644	8.780.028	8.759.824

Fonte: DW

Valores em US\$ na Importação (CIF) e na Exportação (VMLE)**Valor CIF (US\$) - Cost, Insurance and Freight - Dados retirados do DW**

CIF (US\$)	2003	2004	2005	2006
7ª RF	145.474.508.839	140.493.774.200	138.819.867.976	137.279.590.852
Total SRF	729.780.231.653	710.043.623.724	698.243.253.804	677.605.250.007

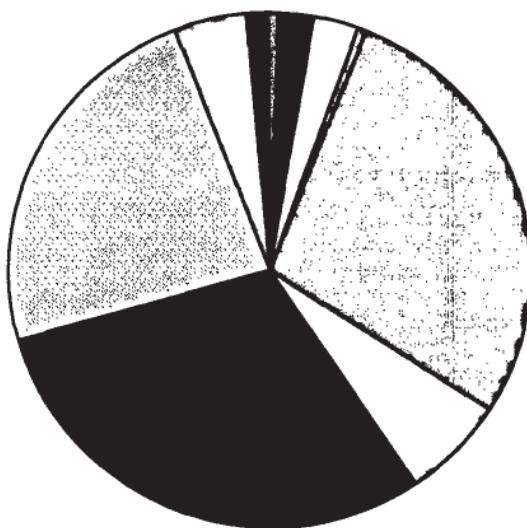
VMLE (US\$) – Valor da mercadoria no local de embarque - Dados retirados do DW

VMLE (US\$)	2003	2004	2005	2006
7ª RF	139.136.963.819	133.933.675.817	127.589.195.275	121.771.497.034
Total SRF	695.684.369.445	671.895.681.708	648.281.779.768	631.163.829.462

Ainda assim, a SRRF07 vem se mantendo estável detendo, em relação ao total Brasil, 11,5% da quantidade das declarações de importação e 10,2% das declarações de exportação, assim como uma média de 20% nos valores CIF (US\$) e VMLE (US\$).

As atividades de fiscalização de zona secundária (após o despacho) são registradas no sistema denominado Ação Fiscal Aduaneiro (AFA) que, desde sua implantação, em 2004, a SRRF07 tem se destacado nas atividades de zona secundária mantendo o registro dos procedimentos de fiscalização atualizados. Em 2005 e 2006, ficou em primeiro lugar em relação ao Brasil - em relação ao valor total registrado, a SRRF07 foi responsável por 27,91% em 2004, 37,17% em 2005 e 29,99% em 2006.

2006



■ 1ª RF	■ 2ª RF	■ 3ª RF	■ 4ª RF	■ 5ª RF	□ 6ª RF	■ 7ª RF	□ 8ª RF	□ 9ª RF	■ 10ª RF
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	----------

Créditos registrados (imposto+multa+juros)

SRF	2004	2005	2006
7ª RF	354.907.090,39	1.005.344.322,95	1.416.543.814,56
(2) Total	1.271.858.419,77	2.704.770.735,64	4.723.605.183,74

Para o regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, em 2006, foram habilitadas 4 novas empresas, sendo que a quantidade de Atos Declaratórios Executivos emitidos foi semelhante aos anos anteriores (250 ADE), nos informando que o segmento está estável.

Verifica-se que apesar de estar estável a quantidade de contratos habilitados, os prazos estão mais longos, demonstrando a grande necessidade de preservação dos equipamentos no país em Admissão Temporária – Repetro, bem como a chegada de novos, inclusive com novas tecnologias.

Acredita-se que, em 2007, este segmento deverá ter um crescimento maior devido ao vencimento dos prazos concedidos pela Agência Nacional de Petróleo-ANP para exploração dos campos, a demanda para produção de gás no país, a entrada de novas empresas concessionárias, resultado das ultimas rodadas de licitação e, finalmente, a construção de novas unidades flutuantes para atender à produção de petróleo e gás.

Objetivo - Promover o atendimento de excelência ao contribuinte

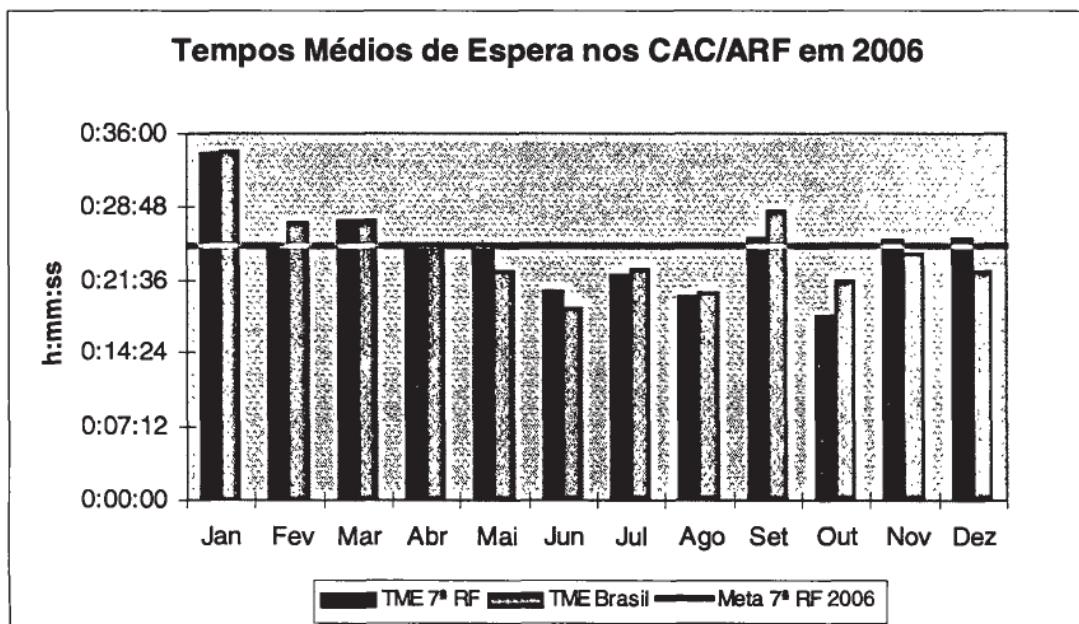
Para este objetivo, destaca-se o projeto “Implantar o SAGA versão 2.0 em todas as Unidades de Atendimento da 7ª RF”. O SAGA - Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento foi criado para permitir ao gerente um melhor controle do atendimento ao contribuinte, com administração das senhas emitidas, dos serviços atendidos e do tempo de espera do contribuinte para ser atendido. No final de 2004, implantou-se o SAGA em todas as Unidades de Atendimento da 7ªRF, sendo a primeira região fiscal do país em que o SAGA (antiga versão 1.2) foi implantado em 100% das Unidades de Atendimento (CAC e ARF).

Com a elaboração da versão 2.0 do SAGA, buscou-se implantar o sistema em todas as unidades até o final de 2006. Para instalação do sistema na Unidade, eram requisitos mínimos: aprovação de pelo menos 01 (um) Gerente no treinamento à distância; aprovação de 50% (ARF) ou 70% (CAC) dos funcionários da Unidade no treinamento à distância. Em 4 treinamentos nacionais realizados pela Corat, foram treinados 15 "tutores" para monitorarem os treinamentos à distância da 7ª RF; esses treinamentos ocorreram ao longo de todo o ano.

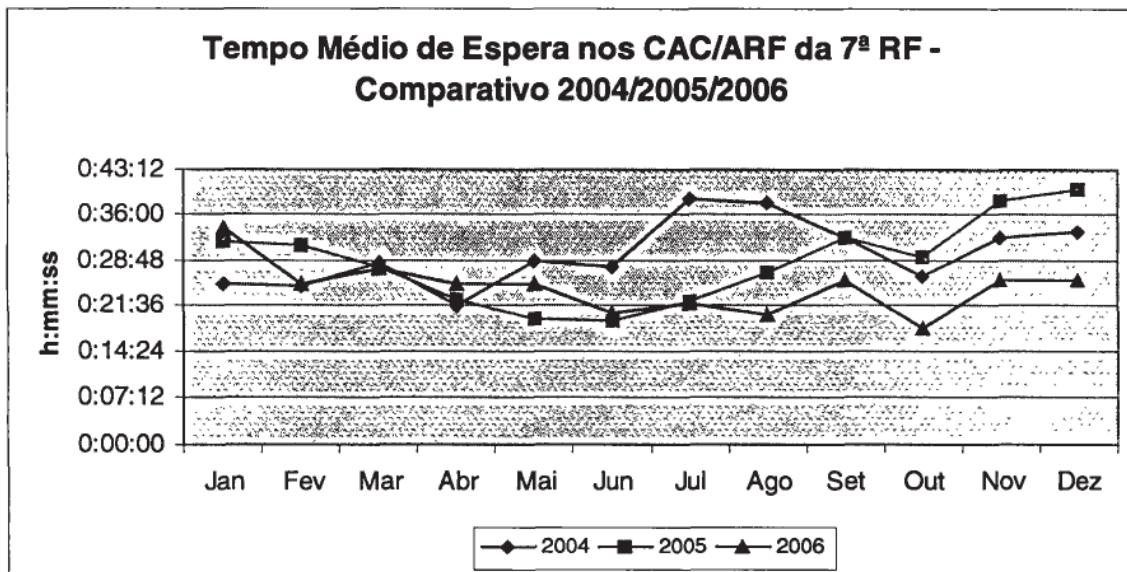
Até o final do ano de 2006 , o novo sistema já estava implantado em 32 Unidades de Atendimento (86,49% do total), com os seguintes resultados: foram treinados 430 funcionários (85,66% do total) e 93 Gerentes (88,57% do total).

Quanto aos indicadores vinculados a este objetivo, em 2006, o tempo médio de espera (indicador 8) nos CAC/ARF da 7ª RF oscilou em torno da meta estipulada de 25 minutos (ver meta 02, item II.2), ficando abaixo dessa meta nos meses de junho, julho, agosto e outubro, como pode ser observado no gráfico abaixo. Observa-se também que, ao longo do ano, a 7ª RF ficou com tempo de espera inferior à média nacional em 8 meses (janeiro, fevereiro, março, abril, julho, agosto, setembro e outubro). A média anual do indicador na 7ª RF ficou em 24 minutos e 35 segundos, 1,7% abaixo da meta prevista e 0,1% abaixo da média anual nacional.

Indicador nº 8 – Tempo Médio de Espera por Atendimento nos CAC/ARF



Comparando com o desempenho da 7ª RF nos anos anteriores, verificamos, como se observa no gráfico a seguir, um decréscimo substancial no tempo médio de espera em 2006: quedas de 13,68% em relação à média de 2005 (28 minutos e 29 segundos) e de 17,69% em relação à média de 2004 (29 minutos e 52 segundos):



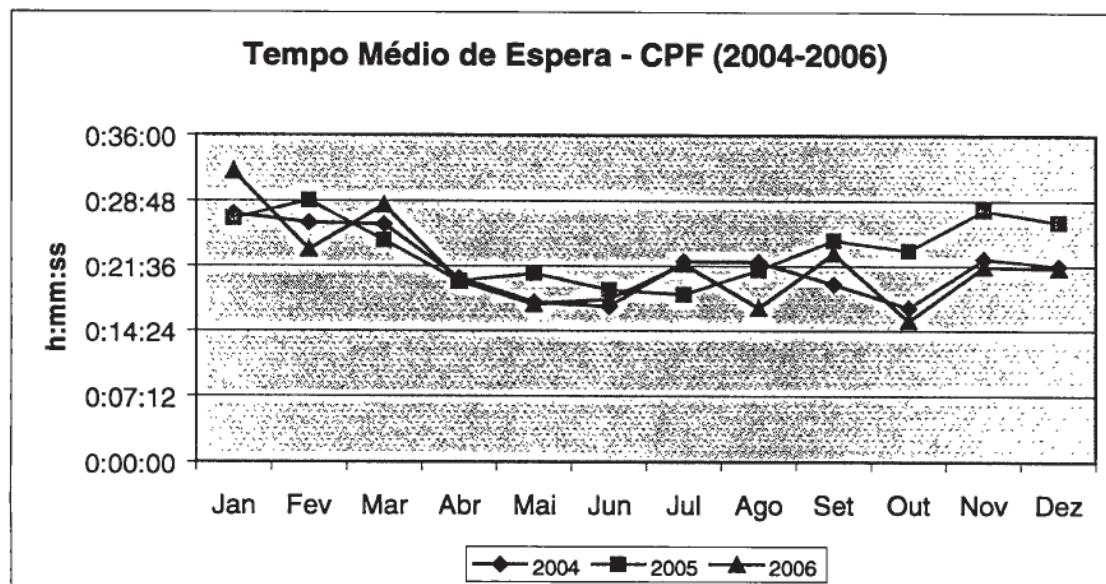
Para analisar a evolução do Tempo Médio de Espera ao longo do ano, é importante observar o comportamento do indicador para os serviços de maior peso (com maior quantidade de atendimentos) na Região. Conforme se verifica no quadro abaixo, esses serviços são: CPF, Situação Fiscal, CNPJ e Cálculo de Acréscimos Legais.

Quantidade de Atendimentos nos CAC/ARF da 7ª RF em 2006 - Principais Serviços

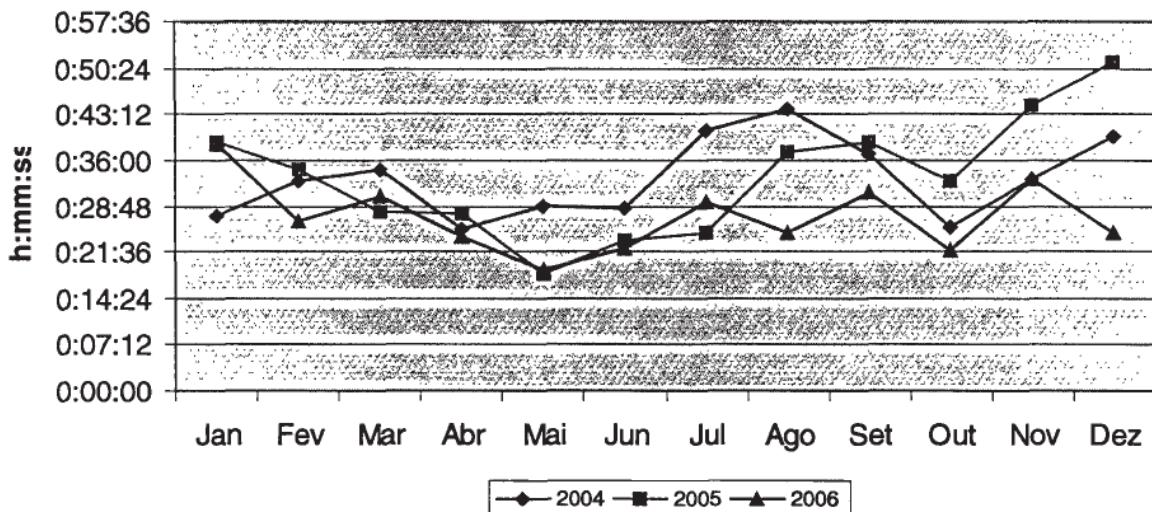
	1º trimestre de 2006		2º trimestre de 2006		3º trimestre de 2006		4º trimestre de 2006		Total em 2006	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
CPF	104.496	26,20%	93.244	24,65%	108.148	28,13%	75.727	23,97%	381.615	25,83%
Sit. Fiscal	49.095	12,31%	43.178	11,42%	58.370	15,18%	46.139	14,61%	196.782	13,32%
CNPJ	36.840	9,24%	33.611	8,89%	35.972	9,36%	22.707	7,19%	129.130	8,74%
Cálculo	22.823	5,72%	28.302	7,48%	31.918	8,30%	19.035	6,03%	102.078	6,91%
Total	398.786		378.204		384.498		315.867		1.477.355	

Fonte: SAGA

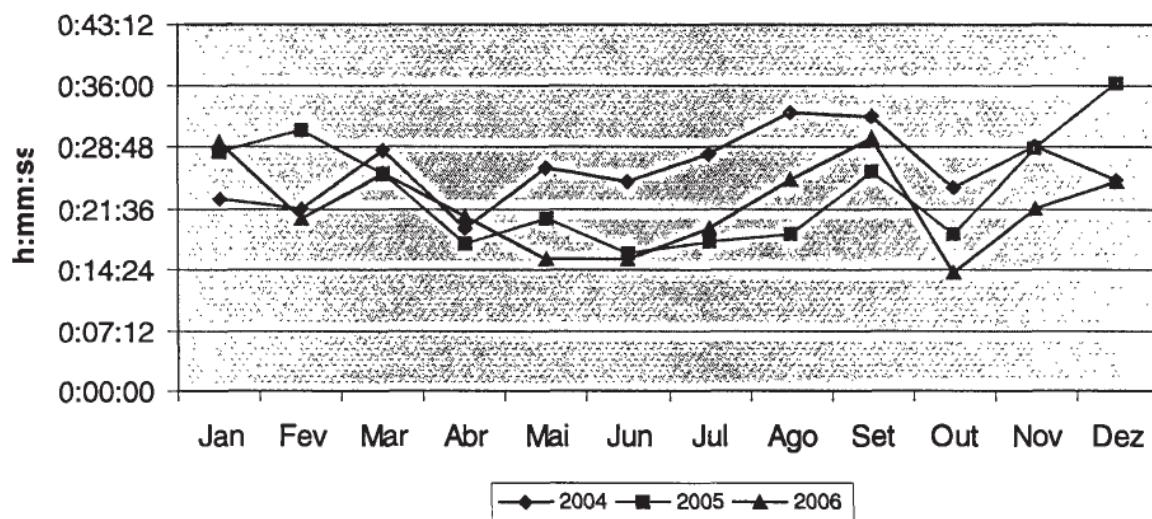
Nos gráficos seguintes, são apresentados os Tempos Médios de Espera relativos a esses principais serviços na 7ª RF. Observa-se, em todos os serviços, uma queda do indicador em 2006 com relação aos anos anteriores, o que explica o comportamento do indicador regional.

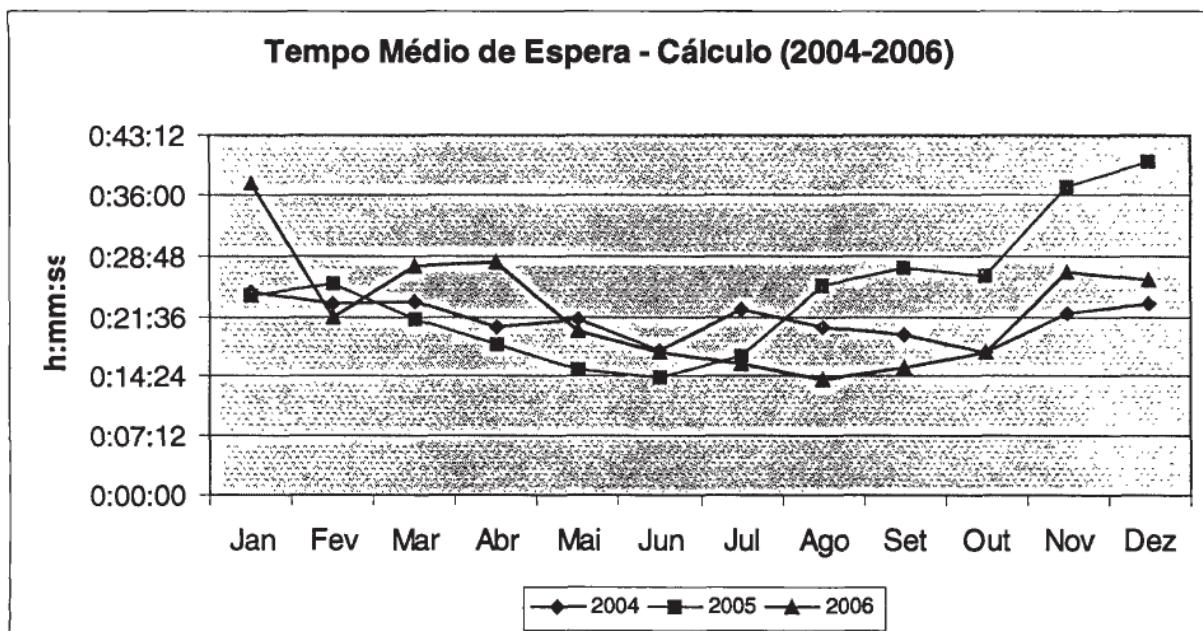


Tempo Médio de Espera - Situação Fiscal (2004-2006)



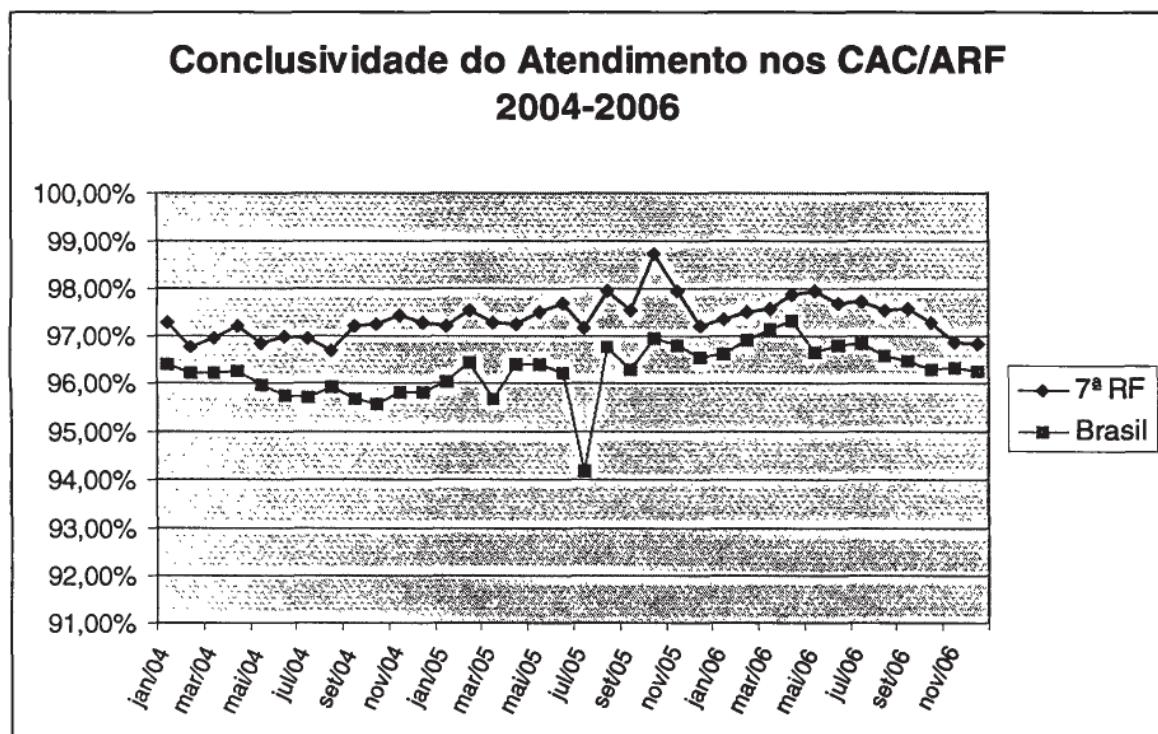
Tempo Médio de Espera - CNPJ (2004-2006)





O grau de Conclusividade do Atendimento nos CAC/ARF da 7ª RF variou, no período de 2004 a 2006, entre 96,7% e 98,7%, mantendo-se sempre acima da média nacional, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Indicador nº 9 – Conclusividade do Atendimento nos CAC/ARF



Ressaltamos, contudo, que esse indicador deve ser observado com reservas, uma vez que ainda se observam critérios não uniformes de entendimento por parte das Unidades a respeito do conceito de atendimento conclusivo e sua correta contabilização no SAGA. Corroborando esta afirmação, obtivemos na Pesquisa de Satisfação do Contribuinte – IPPS, aplicada em dezembro/2004 nos CAC da DERAT/RJO, um percentual de conclusividade de 73,6%, o que aponta para a necessidade de revisão da forma atual de apuração desse indicador.

Objetivo - Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros

O indicador de gestão relativo a este objetivo (indicador 11) mede a evolução da apreensão de mercadorias como resultado da presença fiscal na área aduaneira.

Do total das apreensões de 2006, no valor de R\$ 207.987,76, destacam-se as seguintes Unidades, que representam, aproximadamente 96 % da Região: IRF/ Rio de Janeiro, com o total de R\$ 52.883.475,80; ALF/Porto do Rio de Janeiro, totalizando R\$ 51.372.716,58; ALF/Porto de Vitória com R\$ 50.117.266,40 e ALF/Itaguaí, atingindo R\$ 45.707.280,73;

MÊS	APREENSÕES			
	Valor em R\$			
	2003	2004	2005	2006
Dezembro	41.190.433	50.874.831	87.654.165	207.847.987

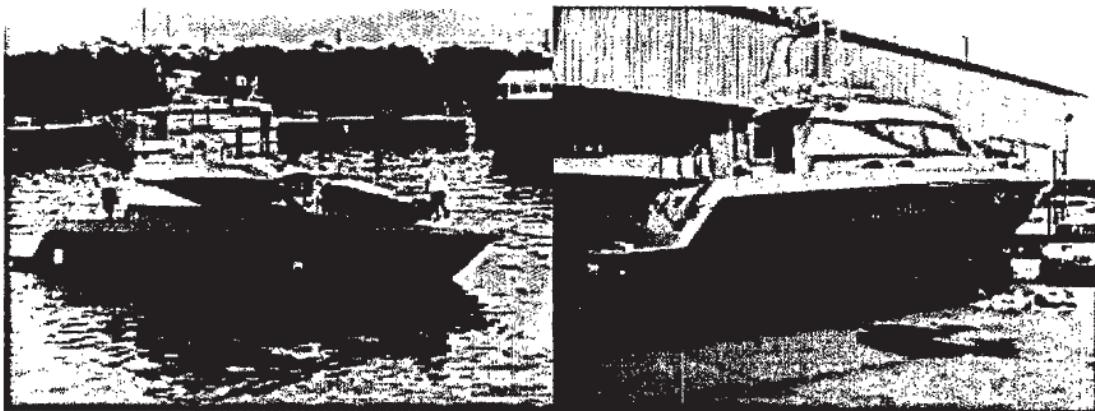
Conforme se observa, entre 2005 e 2006, houve um incremento de 137,12% e, no período dos últimos 4 anos, este percentual atinge a marca de 404,06 %.

Dentre os produtos apreendidos em 2006, merece destaque a apreensão do late Wega, feito pela IRF/Rio de Janeiro, cujo valor foi estimado em R\$ 50.288.304,00.

A criação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp, em 2005, vem ao encontro deste objetivo. Mesmo antes de efetivada sua existência, nesta época, vários esforços vêm sendo empreendidos no sentido de dotar a Direp com a infraestrutura necessária ao cumprimento de sua missão institucional e absorver um significativo aumento nas apreensões de mercadorias. Esta infraestrutura inclui desde treinamento de pessoal compatível com as atribuições de um cargo voltado para a repressão aos delitos de comércio exterior e aproveitamento das experiências de outras aduanas, com doutrina básica de operação voltada para as informações de inteligência até a previsão de utilização de veículos Terrestres, Aquáticos e Aéreos. O trabalho conjunto, com atribuições dentro e fora das Zonas Primárias, com foco na Zona de Vigilância Aduaneira, prevê a constituição de equipes a partir de um núcleo fixo e disponibilização de servidores de outras unidades da SRRF07, logicamente, todos já com o treinamento básico de repressão ao contrabando, além da organização de uma rede de apoio mútuo, com cooperação técnico-administrativa, entre órgãos das três esferas de governo

No ano de 2006, várias iniciativas ocorridas nos anos anteriores se materializaram:

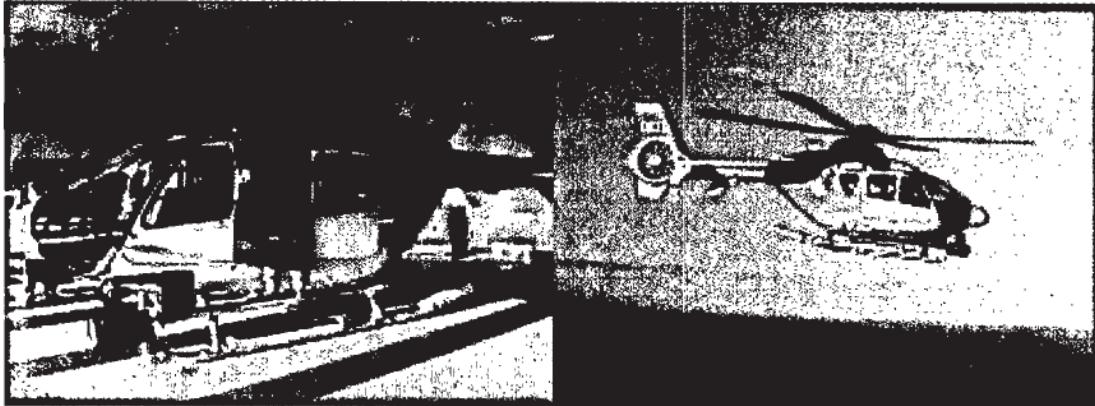
- a) Recebimento de duas lanchas de vigilância aduaneira, contratadas em dezembro de 2005, o início das operações está previsto para o segundo trimestre de 2007, quando se finalizam os treinamentos necessários a formação dos tripulantes operacionais;



- b) Recebimento dos dois escritórios móveis, que apoiarão as equipes operacionais em operações externas;



- c) Recebimento provisório dos dois helicópteros EC135 T2i, números de série 515 e 520, contratados em dezembro de 2005, com a realização dos testes de desempenho dos motores de ambas as aeronaves e conferência do atendimento das especificações do edital de licitação. A entrega definitiva está prevista para abril de 2007, após a customização das aeronaves no Brasil, assim como pintura, instalação de rádio de comunicação operacional, câmera FLIR e testes finais de entrega;



- d) Conclusão da reforma da lancha de serviço Alfandega 702, que encontrava-se em péssimas condições e está sendo utilizada como apoio logístico para a Ilha de Santa Bárbara;

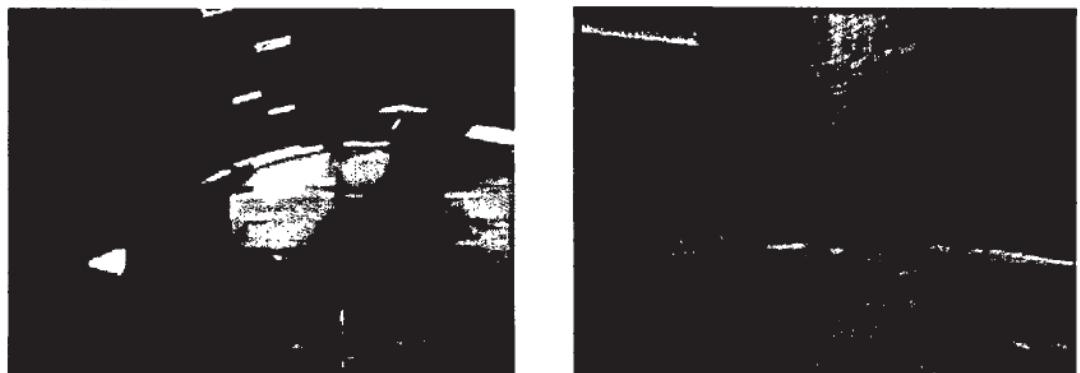


- e) Início das obras de reforma da Ilha de Santa Bárbara, com previsão de conclusão para julho de 2007;
- f) Conclusão do canil com quatro boxes para cães de faro na sede da Direp na Ilha do Governador;

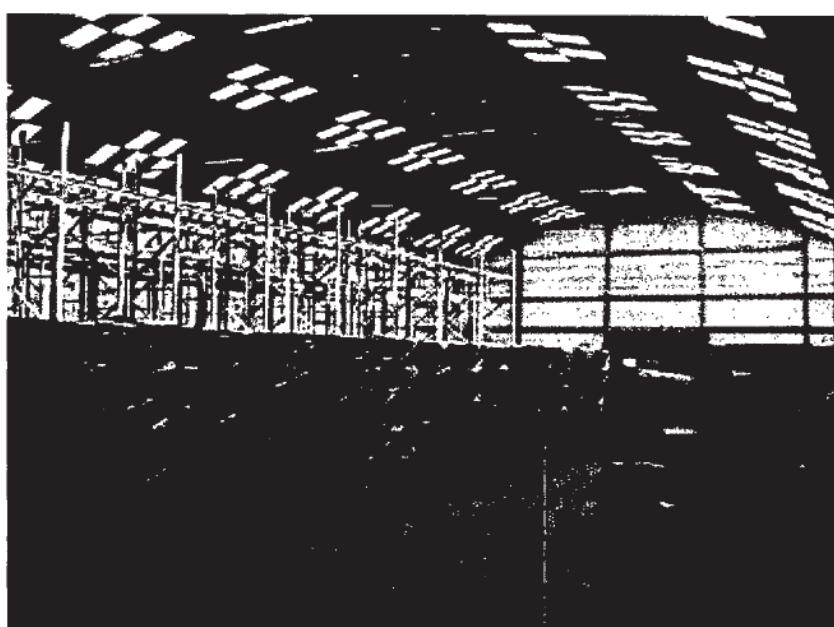


g) Conclusão da reforma do depósito da Av. Brasil, com área coberta de cerca de 7.000 m² e mais cerca de 4.000 m² de pátios, peça fundamental na logística de apreensão de mercadorias;

ANTES:



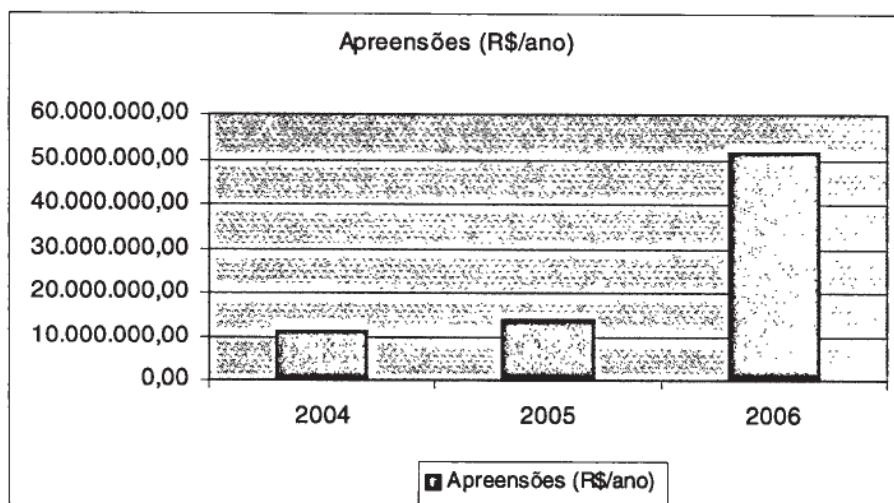
DEPOIS



- h) Contratação de empresa especializada no ramo de logística e armazéns, feita pela DIPOL, para administração do depósito da Av. Brasil e atuar como fiel depositário perante a União com relação às mercadorias apreendidas – início de atividades em 01/01/2007;
- i) Conclusão e entrega a DIPOL do Projeto Básico de Rádio Comunicação para realização de concorrência, quando possível, no decorrer do ano de 2007;
- j) Conclusão e entrega a DIPOL do Projeto Básico da Central de Operações de Vigilância para realização de concorrência, quando possível, no decorrer do ano de 2007;

A Direp, apesar de ainda estar na fase de estruturação , já apresenta resultados expressivos, conforme se observa no quadro abaixo, com um crescimento de 471,68% no volume das apreensões, apesar de mantido o número de operações realizadas, se comparado a 2004.

	Quantidade de operações	Valor total em Reais	Percentual de aumento em relação ao ano de 2004
2004	06	10.940.473,12	-----
2005	14	13.970.947,53	27,70%
2006	6	51.603.781,45	471,68%



Objetivo - Aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas

Em relação ao objetivo acima, destaca-se o projeto “Elaborar rotina padrão e check list para elaboração de editais e contratos”, realizado em conjunto com a DRF/VIT e tem como produto pretendido a determinação de procedimentos- padrão para a confecção de editais e contratos (passo a passo), além de check list das etapas obrigatórias.

A equipe realizou duas reuniões no ano de 2006 e produziu “check list” para todas as modalidades licitatórias, modelos dos documentos a serem adotados e orientações gerais mais importantes quanto à instrução processual. Todo este material será apresentado e debatido em um Workshop, previsto para o segundo trimestre de 2007, com os servidores da área de licitações e contratos de todas as Unidades, buscando a ratificação do conteúdo do material e sua implantação pela Região.

O único indicador da área de logística (indicador 12) afere a execução da área orçamentária, com exceção das despesas de capacitação e desenvolvimento. Em relação às despesas de custeio, a Região executou 104,42 % do teto estabelecido para o ano de 2006.

Em relação ao ano anterior, a Região gastou 11,9% a mais. Os maiores aumentos foram em Exercícios Anteriores (ND 339092) – 256,1% - e Diárias (ND309014) – 43,1%. No entanto, somadas, estas duas naturezas participam muito pouco nas despesas da Região (2,9% e 3,9%, respectivamente). O valor em Exercícios Anteriores, apesar de alto, ficou diluído pelas Unidades, não havendo nenhum fato marcante que o justificasse. Quanto às diárias, o aumento está relacionado ao acréscimo nos gastos com deslocamentos de servidores nos treinamentos da Região, destacando os relacionados à pilotagem dos helicópteros que entrarão em operação em 2007, além do incremento das operações coordenadas pela Divisão de Repressão ao Descaminho e Contrabando que, invariavelmente, envolvem pagamento de diárias.

Em termos absolutos, o maior aumento foi na natureza Contratos de Mão-de-obra (ND 339037) – R\$ 1.576.554,13 – apesar de, percentualmente, o aumento em relação ao ano anterior ter sido de apenas 9%, bem próximo do percentual aplicado nas repactuações de mão-de-obra por conta dos dissídios coletivos.

NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	% 05/06	PARTICIPAÇÃO NO ANO
335039	Estagiários	1.186.651,61	1.256.084,58	1.046.873,56	793.335,62	-24,2%	2,2%
309014	Diárias	1.730.201,04	1.078.205,38	1.009.439,73	1.444.676,98	43,1%	3,9%
339030	Consumo	2.149.258,23	2.459.010,19	2.767.679,00	2.793.667,73	0,9%	7,6%
339033	Passagens aéreas	1.153.413,30	300.564,09	365.037,00	346.359,57	-5,1%	0,9%
309036	Serviço pessoa física	697.751,73	850.431,42	799.816,35	734.500,86	-8,2%	2,0%
339037	Contratos mão de obra	11.665.158,22	13.788.622,12	17.537.956,27	19.114.510,40	9,0%	51,8%
339039	Serviço pessoa jurídica	6.723.829,94	8.146.351,30	9.051.158,46	10.386.005,67	14,7%	28,2%
339047	Obrigações Tributárias	13.704,00	27.486,78	27.351,09	32.024,44	17,1%	0,1%
339092	Exercícios anteriores	192.958,66	2.709.689,27	301.757,03	1.074.493,62	256,1%	2,9%
339093	Ressarc. e Indenizações	37.290,22	60.822,10	39.836,94	44.127,77	10,8%	0,1%
339139	Serv. Terc. Pgto entre Órgaos				105.741,29		0,3%
339147	Obrigações Tributárias em atraso				4.795,38		0,0%
339192	Exercícios anteriores				776,92		0,0%
TETO DA REGIÃO		23.812.090,00	31.100.000,00	36.000.000,00	35.314.000,00	-1,9%	95,8%
TOTAL		25.550.216,95	30.677.267,23	32.946.905,43	36.875.016,25	11,9%	100,00%

Cabe, ainda, alguns comentários sobre este quadro :

- a redução de gastos de 24,2% na natureza Estagiários, provavelmente devido ao desinteresse dos estudantes em função do baixo valor pago como remuneração (R\$ 260,00);
- o aumento de gastos de apenas 1% em relação ao ano anterior para a natureza Consumo deve-se à estratégia de substituição de impressoras jato de tinta (por usuário) para o uso de impressoras a laser (corporativas). Se expurgarmos uma despesa atípica de R\$ 450.855,00, referente à aquisição de peças para scanners da ALF/GIG, teremos um decréscimo de 15% em relação ao ano anterior, evidenciando claramente a economia na substituição das impressoras.

É importante ressaltar que os valores deste quadro diferem dos apresentados no item II.4: um mostra os créditos empenhados (por natureza de despesa); o outro mostra as despesas efetivamente liquidadas (informação financeira). O primeiro exclui as

despesas com treinamento e capacitação, já que estas possuem indicador específico. Para o estabelecimento de metas financeiras não cabe esta distinção.

Com relação às despesas de capital, este ano, o órgão central de Logística não disponibilizou nenhum valor como teto para a Região. Foram repassados recursos, basicamente, para atender as obras iniciadas em 2005. Do total recebido, R\$1.523.347,17, 75% foi para pagamento de etapas destas obras.

NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	PERCENTUAL 2005/2006	PARTICIPAÇÃO NO ANO
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.800,00		2.048.577,77	1.140.094,90	-44%	75%
449052	EQUIP. MAT. PERMANENTE	1.398.314,67	1.425.919,85	9.005.788,84	383.252,27	-96%	25%
449092	EXERCÍCIOS ANTERIORES	527.233,00	4.877,00				0%
459061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			45.000,00			0%
	TOTAL	1.939.347,67	1.430.796,85	11.099.366,61	1.523.347,17	-86%	100%

Em relação ao ano anterior, a Região executou 86% a menos. No entanto, observa-se, pelo histórico, que, como o ano de 2005 foi atípico para a SRF, a avaliação fica comprometida.

Quanto às despesas vinculadas a recursos do PMATA - Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira, os percentuais de execução abaixo de participação da 7ª no total dos recursos, são apenas informativos e não podem servir como referencial para qualquer análise de eficácia da Região, já que a execução dos projetos ficou condicionada à aprovação prévia dos mesmos pelo Ministério do Planejamento com relação a sua aderência aos objetivos do PMATA. É importante frisar que 100% dos projetos aprovados, para os quais foram repassados os recursos para a Região, foram executados.

Projetos	2005	2006
Reforma de 2 galpões para instalar depósito centralizado de mercadorias apreendidas	3.876.209,00	
Aquisição de lanchas para equipar a Região com equipamentos e veículos adequados ao combate ao narcotráfico, pirataria e contrabando	7.977.360,00	
Aquisição de helicópteros para equipar a Região com equipamentos e veículos adequados ao combate ao narcotráfico, pirataria e contrabando	28.767.839,00	
Aquisição de estações de trabalho, adequando a infraestrutura tecnológica da SRF às necessidades de suporte às atividades desenvolvidas	9.593.972,00	
Aquisição de veículos para atender as atividades exercidas pela SRRF/7A.RF em apoio a fiscalização e combate ao contrabando	1.250.081,00	
Reforma de prédio e hangar de guarda das embarcações e construir heliponto na Ilha de Sta. Barbara, que servirá como base aeronaval		891.559,71
Atualização tecnológica dos equipamentos do Laboratório do Porto do Rio de Janeiro visando aprimorar a detecção de mercadorias de importação proibida ou a perfeita identificação de mercadorias declaradas incorretamente		1.038.737,90
Aditivo ao contrato de aquisição de helicópteros a fim de permitir a instalação dos sistemas de ar condicionado e realizar up-grade no sistema de navegação		2.601.949,58
Elaboração de projeto de rede lógica para toda as unidades da 7ª Região Fiscal, adequando a infraestrutura tecnológica às necessidades de integração, modernização aduaneira e segurança da informação		897.096,00
Aquisição de 2 aparelhos de inspeção de bagagem por raios-X, para fiscalizar bagagens de 200.000 passageiros que transitam na Estação de Passageiros do Porto/RJ, por temporada		430.000,00
Treinamento de pilotos de helicópteros		1.937.835,00
Conserto e up-grade de escâner disponível nas Unidades do Porto do Rio de Janeiro e Vitoria		286.200,00
Total 7ª Região Fiscal	41.871.489,00	8.083.378,19
Total Brasil	225.567.128,00	232.716.061,34
Participação 7ª Região Fiscal	18,56%	3,47%

Na área de mercadorias apreendidas, a Região tem empreendido esforços no sentido de identificar e reparar processos e documentos que se encontram sem providências ou movimentação há mais de 360 dias, reduzindo os estoques existentes, em especial

com o aumento no volume de apreensões (ver objetivo 11). Percebe-se uma redução de 54% no saldo de processos, se compararmos os anos de 2003 e 2006.

MÊS	SALDO DE PROCESSOS NO PERÍODO			
	Qtde. de processos			
	2003	2004	2005	2006
Dezembro	4.483	2.860	2.426	2.057

Para atingir esse resultado, a Região adotou como estratégia estabelecer contatos com órgãos públicos e instituições benficiaentes atuantes que tivessem capacidade de proceder, a qualquer tempo, a rápida e contínua retirada de grandes volumes de mercadorias, priorizando as destinações de acordo com a respectiva atividade fim.

O resultado desta estratégia é percebido, também, no quadro abaixo, que apresenta as destinações por tipo de saída, quando verifica-se um crescimento de 355% nas incorporações para órgãos da administração pública.

Tipo de Saída	Período Jan/2003 a Dez/2003	Período Jan/2006 a Dez/2006	%
Saída por Alienação	12.434.105,22	8.397.484,81	-32,46
Saída p/ Incorporação Órgãos da Administração. Pública	4.821.923,06	21.943.693,56	355,08
Saída por Incorporação a Entidades Beneficentes	2.977.833,64	5.074.080,41	70,39
Saída por Destruição	320.833,81	5.352.478,11	1.570,88
Saída para Análise	1.473,43	3.847,58	161,13
Saída por Remoção	31.065,20	4.777.119,04	15.277,72
Saída por Decisão favorável ao Contribuinte	10.468.787,58	9.616.918,53	-8,14
Faltas ou quebras constatadas	136.676,26	272.885,73	99,66
TOTAL	31.192.698,23	55.438.507,77	77,73

Destacam-se, ainda, por conta de mudanças na estratégia de destinação das mercadorias apreendidas na Região:

- o aumento significativo na saída por remoção de mercadorias (15.277%), promovendo uma parceria com outras regiões fiscais, em especial, a 3ª e 10ª região fiscal;

- o incremento na saída por destruição de mercadorias (1.570%) , em especial, a destruição significativa de tênis, bolsas, óculos entre outras mercadorias contrafeitas, em um efetivo trabalho de combate a pirataria, promovida pela ALF/Porto de Itaguaí e que totalizou cerca de R\$ 1,7 milhões e a ALF/Aeroporto do Galeão, que procedeu à destruição de R\$ 2 milhões em produtos médicos e farmacêuticos condenados pela ANVISA, dando a baixa em 331 processos do seu estoque.

Apesar da saída por alienação ter reduzido em 32% em relação ao ano de 2003, cabe ressaltar o leilão de jóias, realizado pela ALF/GIG no ano de 2006, em parceria com a Caixa Econômica Federal . O valor arrecadado em um único leilão, R\$ 2.478.623,00, representou 30% do total da Região para o ano de 2006. Foram arrematados 512 lotes (5,7 %) , com ágio de 3,61% sobre os valores mínimos.

No ano de 2006, foram executadas obras no depósito da Av. Brasil, já finalizada, e na Ilha de Santa Bárbara, ambas com recursos do PMATA e deu-se continuidade às obras de reforma de instalações no prédio do Ministério da Fazenda para abrigar os servidores da Divisão de Gestão de Pessoas e do Serviço de Acompanhamento de Grandes Contribuintes, criados com o Regimento Interno que passou a vigorar em março de 2005.



Através dos contratos de Manutenção Predial e de Manutenção de Ar Condicionado, que abrangem 42 instalações em toda a Região, foram atendidas 674 Ordens de Serviço e destinados recursos no valor de R\$ 6.507.511,01, garantindo a integridade dos bens imóveis sob responsabilidade da 7ª Região Fiscal, cuja avaliação, obtida no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET, ultrapassa R\$ 226.000.000,00. Em termos percentuais, o gasto com manutenção corresponde a 2,88% do valor patrimonial.

O destaque da área de administração de material e patrimonial no ano de 2006 foi a informatização da área de patrimônio, com a afixação de etiquetas de códigos de barras em todos os bens da Superintendência, garantindo rapidez e eficiência no controle dos mesmos. Está prevista sua ampliação para as demais Unidades da 7ª Região Fiscal e sua adequação aos itens de expediente.

Objetivo - Aperfeiçoar a política de Gestão de Pessoas na SRF

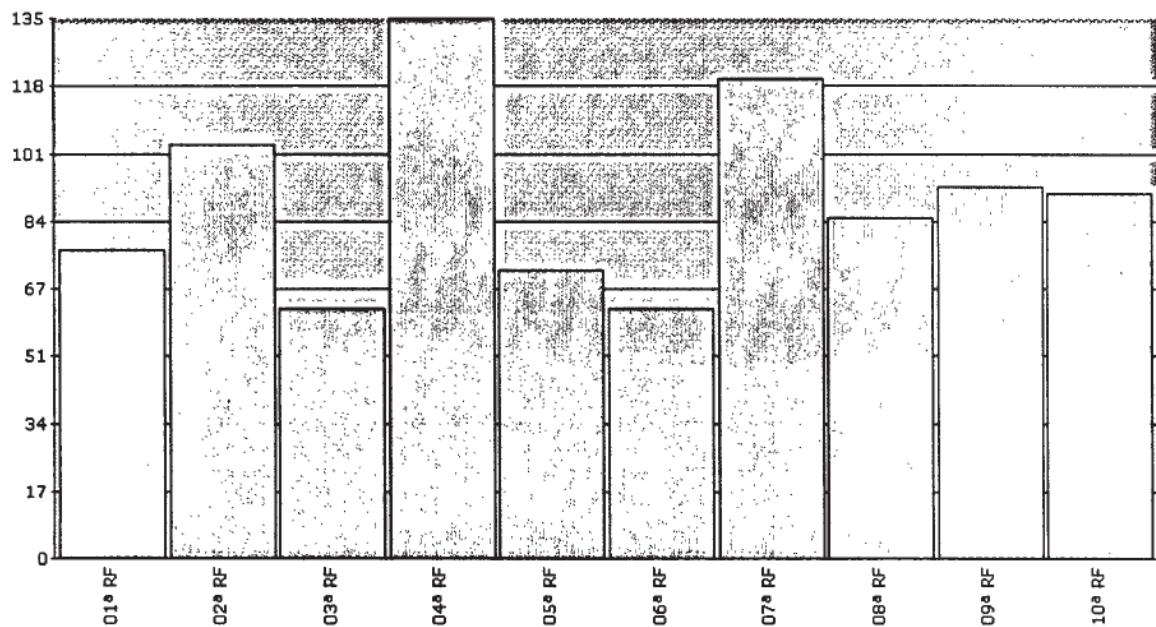
A 7ª Região Fiscal, visando alcançar este objetivo, implementou ações voltadas para a execução do Programa Anual de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas - Procad e para a integração, satisfação e motivação dos servidores. Dentre estas, cabe destacar ações da DRF Campos de Goytacazes que buscaram disseminar os valores da SRF, desenvolver nos servidores a visão sistêmica da DRF e melhorar as relações interpessoais.

Destaque-se, ainda, a continuidade dos seminários de sensibilização desenvolvidos na Derat/RJO, buscando a consolidação do sentido de identidade do órgão e a conscientização de sua missão na sociedade, assim como ações na área comportamental e de fortalecimento de equipes desenvolvidas nas DRF Niterói e Campos de Goytacazes.

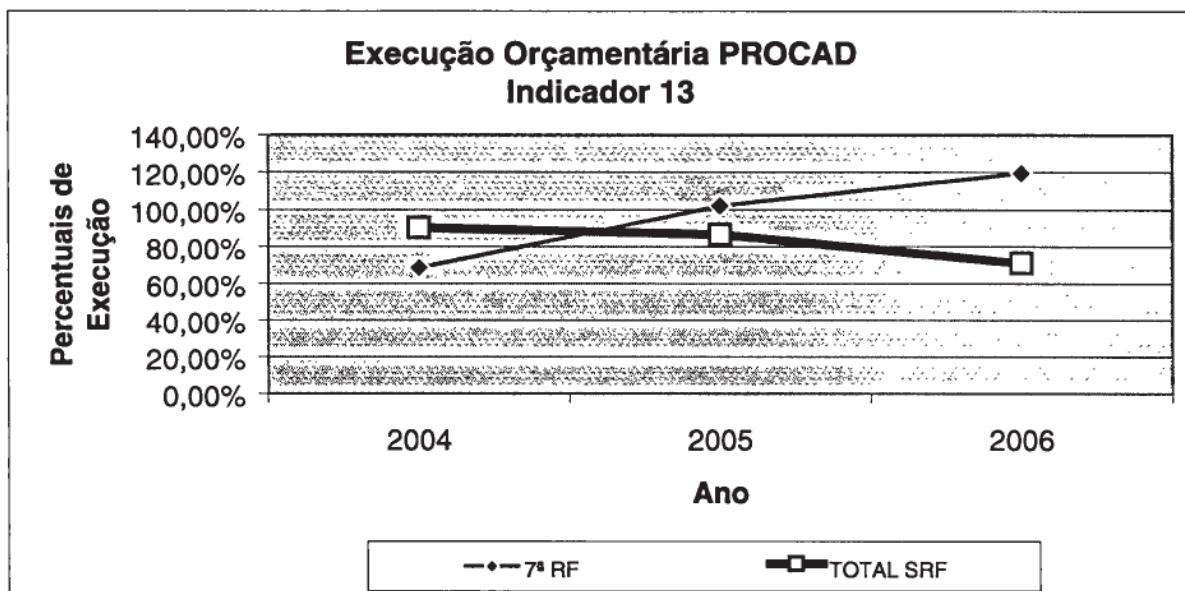
Quanto ao Procad, foram realizados ações de C&D para 342 turmas, num total de 7.415 horas-aula, com a participação de 5.134 treinandos (considerando a repetição de servidores).

Em relação ao indicador 13, foram previstos recursos na ordem de R\$ 850.000,00 e executadas ações de C&D que importaram em aplicações na ordem de R\$ 1.015.862,85, alcançando o percentual de realização de 119,51%, atingindo a meta de 100% (Meta 11).

Cabe ressaltar que o indicador geral nacional manteve-se em 71,48%, ficando a 7ª RF com o segundo melhor desempenho na análise comparativa, precedido apenas da 4ª Região Fiscal, que, em termos percentuais, executou 134,84%, embora em números absolutos tenha se mantido aquém (previsto R\$ 750.000,00 / realizado R\$ 1.011.267,40).

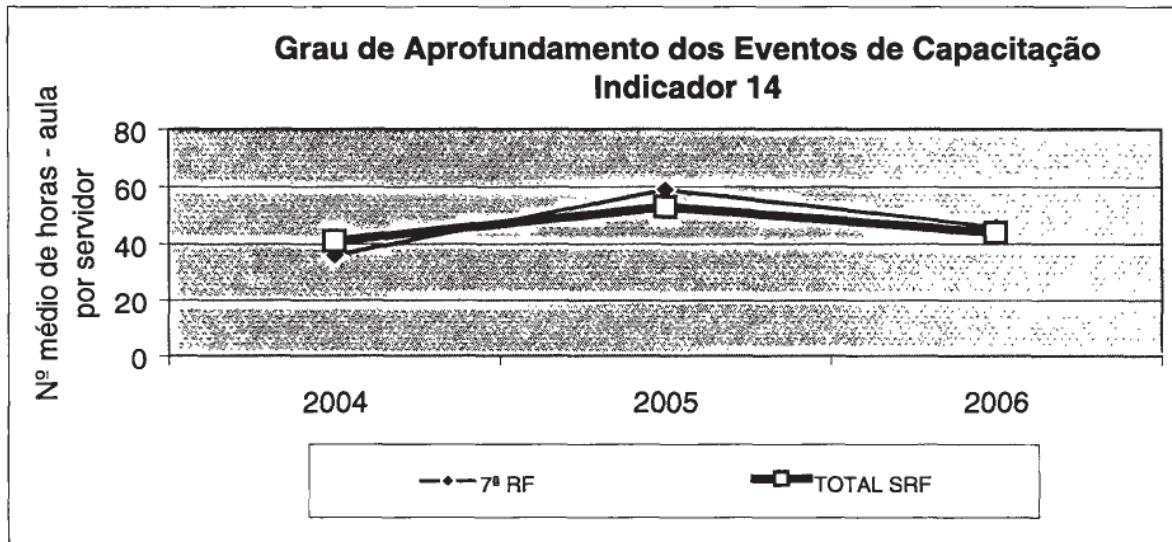


Comparando a evolução do indicador de execução orçamentária regional desde 2004 e, comparando com esse mesmo indicador em nível nacional, obtemos o seguinte gráfico relativo ao último triênio:

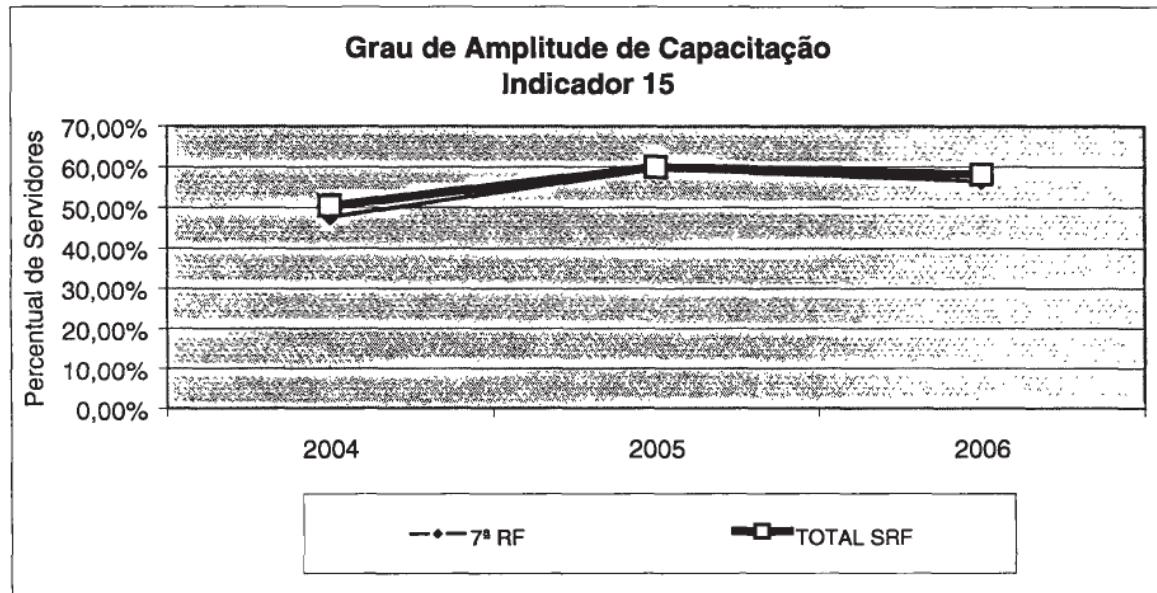


Quanto à área de concentração das ações de C&D, mereceram ênfase, pela ordem: a área de Programação e Logística (18,16%), a área de Fiscalização (13,51%), a área de Administração Tributária (12,34%), a área de Tecnologia e Segurança da Informação (11,84%) e a área de Administração Aduaneira (8,93%).

Para o indicador 14, que mede o grau de aprofundamento das ações de C&D, esta Região apurou 46 horas por treinando para o ano de 2006, sendo o indicador geral nacional de 44 horas.



No indicador 15, que mede o grau de amplitude das ações de C&D, registramos a participação de 5.134 treinados ou 1.790 servidores, considerando ou não a repetição de nomes, respectivamente. O gráfico abaixo demonstra, para o triênio 2004/2007, a evolução dos percentuais de servidores capacitados:



Segue abaixo quadro-resumo dos diversos itens comentados, considerando os dados relativos ao período de 2003 a 2006, onde se percebe um crescimento de mais de 1000% nos recursos aplicados em capacitação e desenvolvimento e na quantidade de horas aula. Este aumento é resultado de uma maior percepção dos servidores em geral da importância da capacitação e desenvolvimento para os bons resultados que vem sendo obtidos na 7ª Região Fiscal

Ano	Turmas	Treinandos (c/ repetição de nomes)	Horas-aula	Recursos Aplicados
2003	39	1.808	714	R\$ 38.823,90
2004	180	3.496	3.609	R\$ 548.212,58
2005	358	5.406	7.591	R\$ 868.835,28
2006	342	5.134	7.415	R\$ 1.015.862,85

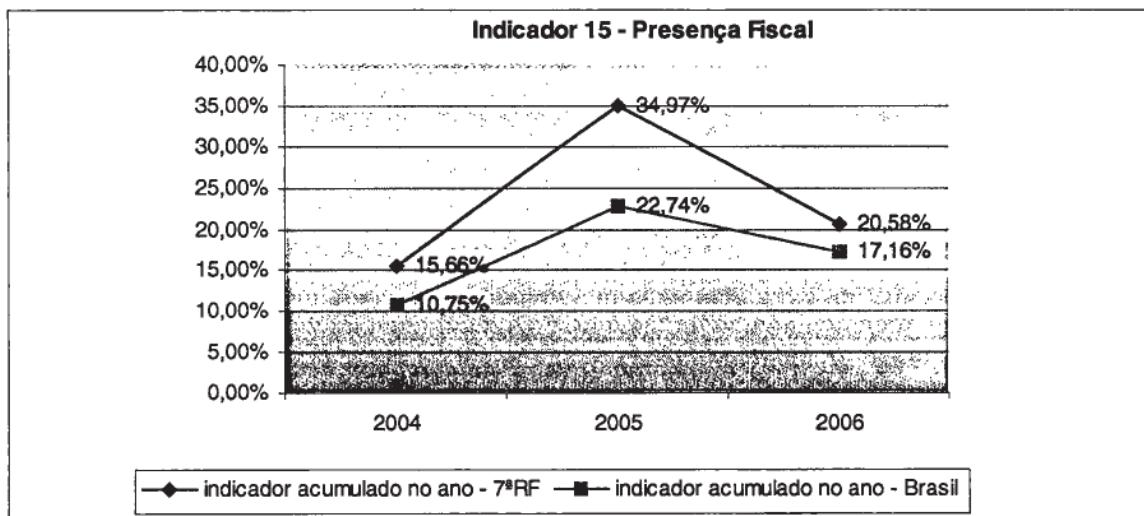
Objetivo - Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal

Vinculado a este objetivo, destaca-se a ação que está em andamento e que consiste na análise mensal das decisões das Delegacias de Julgamento, com vistas a identificar possíveis vícios comuns na execução de atos referentes aos procedimentos fiscais, propondo sua correção.

Quanto aos Indicadores de Gestão referentes à área de fiscalização, podemos observar:

A 7ª Região Fiscal apresentou, para o indicador 15, percentual acima da média Brasil nos últimos 3 anos, como pode ser visto no quadro abaixo, o que demonstra que a concentração de esforços no tratamento de contribuintes de maior representatividade para a Região respondeu satisfatoriamente à demanda da COFIS (Quadro I).

Obs.: não está disponível dados referentes a anos anteriores a 2004, uma vez que houve mudança de critérios de aferição e de controle.



Para o indicador 16, tivemos em 2006 o seu melhor percentual de cumprimento de meta dos últimos 4 anos (107,71%). E, ao longo do ano de 2006, em conjunto com todas as unidades descentralizadas, a 7ª RF tomou medidas no sentido de alcançar a meta anual, concentrando esforços com vistas ao incremento do desempenho. Podemos exemplificar nossos esforços, citando a realização de visitas técnicas às unidades locais e a realização de encontro em setembro/2006 entre os Chefes e Supervisores de Fiscalização e de Malha Fiscal, e os Presidentes de Turma das DRJ's I e II, durante o qual foram analisados e discutidos casos de Autos de Infração, sempre tendo como alvo o aprimoramento da qualidade do trabalho fiscal (Quadro II).

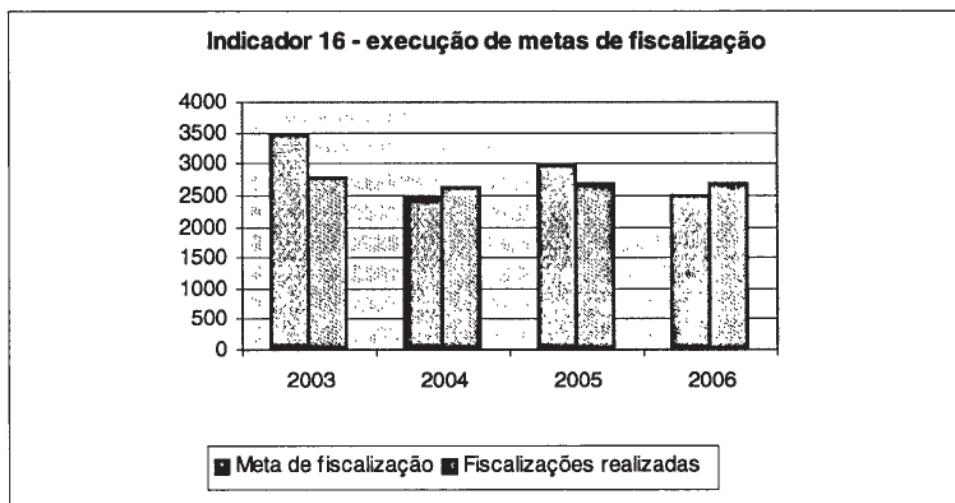
Quanto aos Indicadores de Gestão referentes à área de fiscalização, podemos observar:

A 7ª Região Fiscal apresentou, para o indicador 15, percentual acima da média Brasil nos últimos 3 anos, como pode ser visto no quadro abaixo, o que demonstra que a concentração de esforços no tratamento de contribuintes de maior representatividade para a Região respondeu satisfatoriamente à demanda da COFIS (Quadro I).

Obs.: não está disponível dados referentes a anos anteriores a 2004, uma vez que houve mudança de critérios de aferição e de controle.

QUADRO II - INDICADOR 16 - 7ª REGIÃO FISCAL

ANO	Meta de fiscalização	Fiscalizações realizadas	Indicador acumulado no ano
2003	3456	2769	80,12%
2004	2.464	2.615	106,13%
2005	2.979	2.675	89,80%
2006	2.502	2.695	107,71%



No ano de 2006, a 7^a RF, além de cumprir a meta em termos de quantidade de contribuintes fiscalizados, apresentou um resultado representativo em termos de valor de crédito tributário lançado, ficando em segundo lugar nacional. Sendo que, a Defic – Rio de Janeiro foi a segunda maior unidade sub-regional em valor de crédito tributário lançado.

Ao se fazer a análise da evolução de crédito lançado nos últimos quatro anos, verifica-se um incremento de valor de crédito lançado com uma concomitante queda na quantidade de fiscalizações efetuadas. Este é um resultado da priorização dos trabalhos em contribuintes de maior porte, obtendo-se, assim, um incremento de 40,65% nos valores de crédito tributário no ano de 2006 (Quadro III), enquanto que no Brasil este incremento foi de 11,06% em relação ao ano anterior.

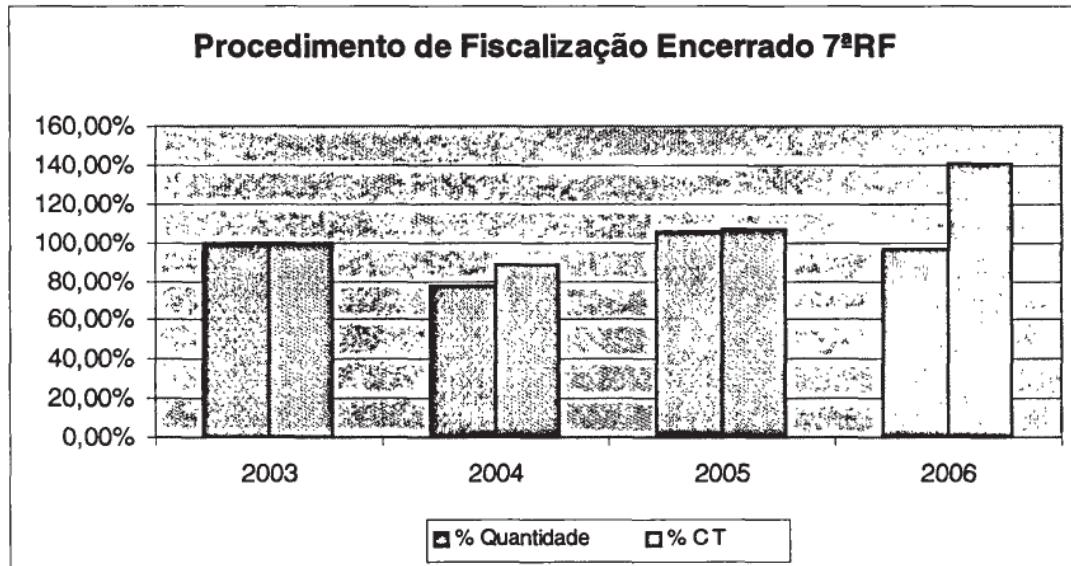
QUADRO III- PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO ENCERRADOS

ANO	MPF - Fiscalização - 7 ^a RF				MPF - Fiscalização - BRASIL			
	Quantidade	% Quantidade	Crédito Tributário	% C T	Quantidade	% Quantidade	Crédito Tributário	% C T
2003	3.439	100,00%	8.709.925.735	100,00%	22.019	100,00%	37.556.509.033	100,00%
2004	2.664	77,46%	7.754.596.265	89,03%	17.221	78,21%	68.874.777.359	183,39%
2005	2.811	105,52%	8.285.911.875	106,85%	23.519	136,57%	48.823.495.478	70,89%
2006	2.715	96,58%	11.653.822.584	140,65%	20.842	88,62%	54.221.017.568	111,06%

Fonte: Sief gerencial

% quantidade = variação da quantidade de contribuintes fiscalizados no ano em relação ao ano anterior

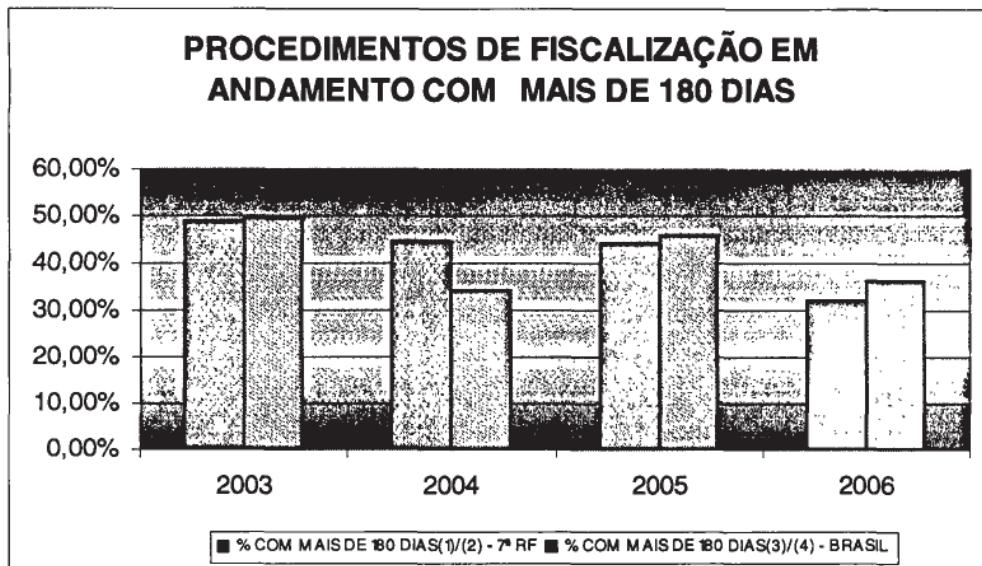
% C T = variação do crédito tributário lançado no ano em relação ao ano anterior



Outro parâmetro cujo resultado é objeto de controle na área de fiscalização de tributos internos é o volume de procedimentos de fiscalização em andamento há mais de 180 dias. Tem-se como objetivo a redução gradual deste percentual, ou seja, pretende-se uma otimização dos trabalhos de fiscalização visando encerramentos em prazos menores. Pelo Quadro IV, abaixo, constata-se uma continua redução da participação de procedimentos de fiscalização com mais de 180 dias dentro da região (48,58%, 44,49%, 44,23% e 31,91%). E, em relação a posição nacional (36,05%) , a 7^a RF (31,91%) também apresenta bom resultado no ano de 2006.

QUADRO IV - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO - EM ANDAMENTO

ANO	7 ^a REGIÃO FISCAL			BRASIL		
	MAIS DE 180 DIAS (1)	TOTAL EM ANDAMENTO (2)	% COM MAIS DE 180 DIAS(1)/(2) - 7 ^a RF	MAIS DE 180 DIAS (3)	TOTAL EM ANDAMENTO (4)	% COM MAIS DE 180 DIAS(3)/(4) - BRASIL
2003	580	1.194	48,58%	3.577	7.197	49,70%
2004	598	1.344	44,49%	3.217	9.447	34,05%
2005	644	1.456	44,23%	4.184	9.120	45,88%
2006	471	1.476	31,91%	3.470	9.626	36,05%

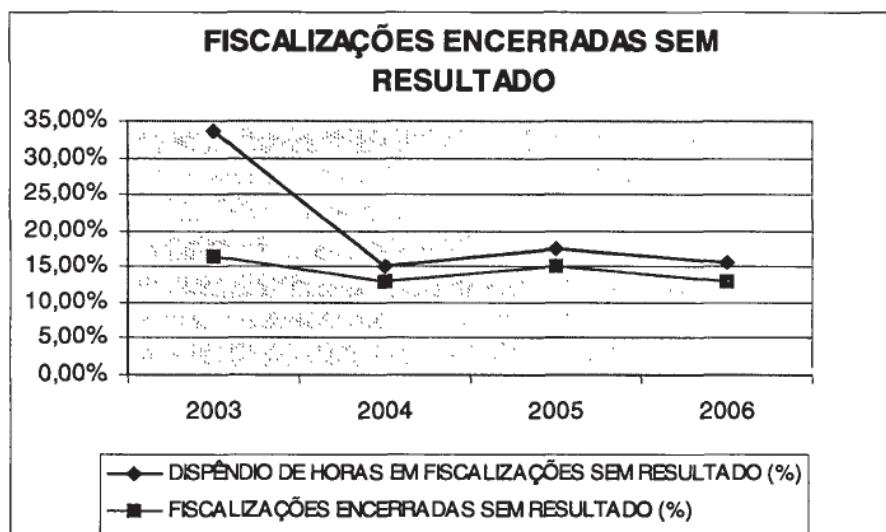


Além de objetivar reduzir o tempo médio das fiscalizações em dias, avaliado pela quantidade de dias em aberto, a fiscalização tem como meta qualitativa maximizar o encerramento de procedimentos fiscais com resultado. E duas medições são feitas no sentido de acompanhar este indicativo: acompanhamento do percentual de dispêndio de horas em fiscalização sem resultado, e percentual de fiscalizações encerradas sem resultado. E, em que pese a 7ª RF não ter ainda atingido o percentual máximo de 12% em horas consumidas em fiscalizações sem resultado (Meta 07B), verifica-se uma tendência neste sentido. Já o percentual de fiscalizações encerradas sem resultado em 2006 ficou dentro do padrão definido, abaixo de 15% (Meta 07A), conforme Quadro V.

QUADRO V - FISCALIZAÇÕES ENCERRADAS SEM RESULTADO

ANO	DISPÊNDIO DE HORAS EM FISCALIZAÇÕES SEM RESULTADO (%)	FISCALIZAÇÕES ENCERRADAS SEM RESULTADO (%)
2003	33,67%	16,45%
2004	15,09%	12,99%
2005	17,50%	15,00%
2006	15,69%	12,94%

metas: 12% horas dispendidas em MPF sem resultado e 15% encerradas sem resultado



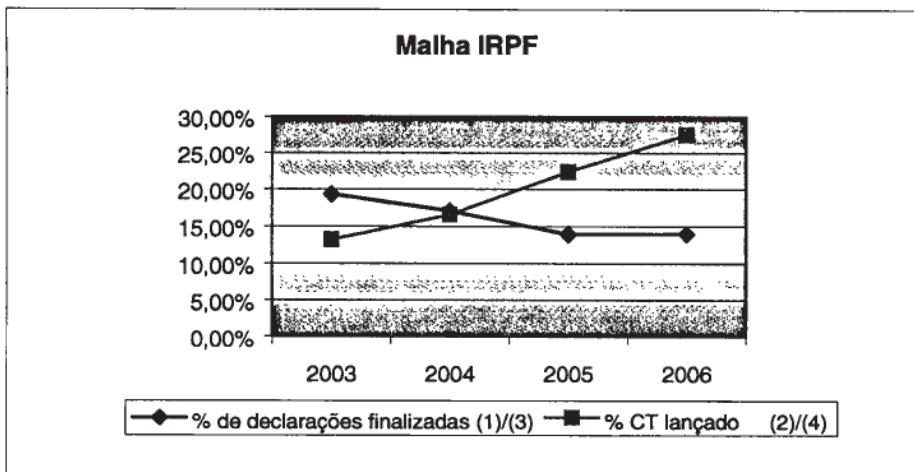
No Quadro VI- Malha IRPF, a seguir, abaixo, pode ser observado que a 7ª RF obteve nos últimos 4 anos o maior percentual de crédito tributário lançado (16,56% , 22,35% , 27,44%) oriundo do trabalho da malha de imposto de renda pessoa física, dentre todas as Regiões Fiscais. Além disso, no ano de 2006, este índice representou um significativo acréscimo no crédito tributário lançado na 7ª RF, em relação ao crédito tributário lançado no Brasil.

Verificamos um avanço extraordinário neste tópico, uma vez que fomos capazes de promover um incremento do crédito lançado, com diminuição do total de declarações finalizadas. Ressaltamos que tais indicadores mostram o aprimoramento do trabalho de malha, levou a melhor eficiência da equipe.

E, em que pese ter se mantido estável em comparação ao ano anterior, no que tange a percentual de declarações finalizadas em relação às demais regiões (13,99 %) , a 7ª RF vem aumentando significativamente o percentual de créditos lançados em relação ao total Brasil (27,44%). Cabe ainda ressaltar que nos anos de 2005 e 2006 a 7ª RF intensificou os trabalhos da malhas mais antigas (exercícios 2001 a 2003).

QUADRO VI - MALHA IRPF

ANO DE TRABALHO	7ª REGIÃO FISCAL		BRASIL		% de declarações finalizadas (1)/(3)	% CT lançado (2)/(4)
	Quantidade de declarações finalizadas (1)	Credito tributário lançado (2)	Quantidade de declarações finalizadas (3)	Credito tributário lançado (4)		
2003	216.036	39.656.136	1.118.358	301.479.864	19,32%	13,15%
2004	164.086	63.458.328	961.296	383.310.287	17,07%	16,56%
2005	550.130	134.391.654	3.943.351	601.187.702	13,95%	22,35%
2006	229.447	156.779.171	1.640.648	571.391.480	13,99%	27,44%

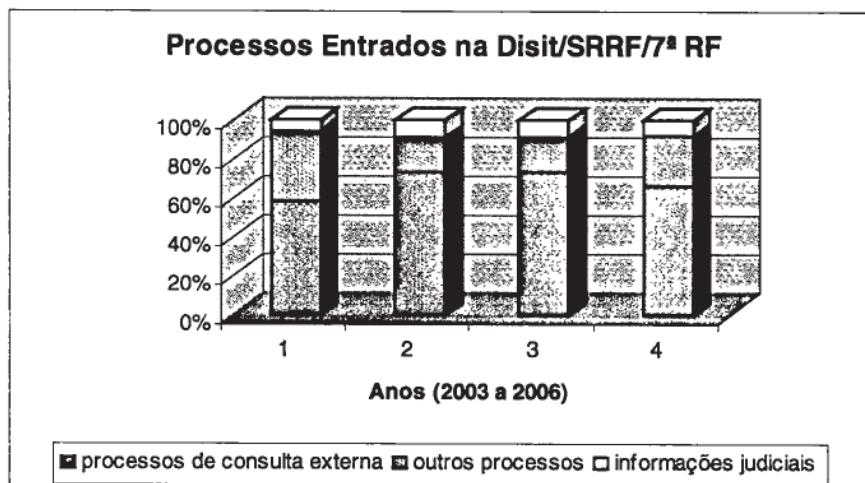
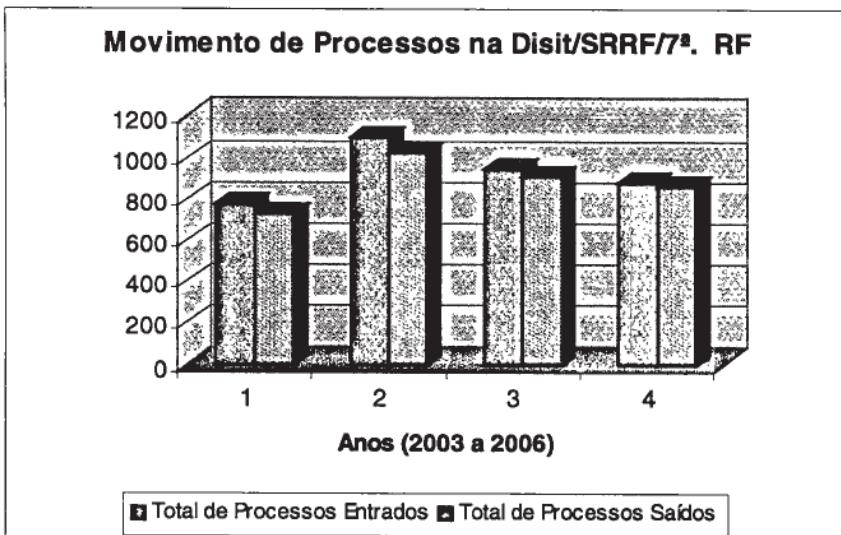


Em resumo, a área de fiscalização da 7ª RF, respondeu, em relação a tributos internos, em 2006, por 13% dos mandados de procedimentos fiscais encerrados no país e 21% do total de crédito tributário lançado, sendo que a Defic/RJO se manteve, em relação aos resultados nacionais, como a 2ª maior unidade do Brasil. A meta de fiscalização da 7ª RF no ano foi superada em 7,71%, contribuindo com R\$ 11.653.822.584,00 em resultado de auto de infração lavrados. Além disto foram trabalhados e liberados de malha IRPF o total de 229.447 contribuintes, resultando em lançamento de R\$ 156.779.171,00. A DIFIS da 7ª RF, em conjunto com as unidades descentralizadas, conseguiu atingir as metas programadas, apresentando um resultado positivo, refletindo uma crescente qualificação de seu corpo funcional.

Objetivo - Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação

Objetivando promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e a uniformização de sua interpretação, a Divisão de Tributação desenvolveu ao longo de 2006 o projeto “Organizar e Sistematizar a Divulgação da Legislação Tributária na Intranet”.

Com relação ao indicador 17, cumpre-nos esclarecer que os anos de 2004 e 2005 foram atípicos, em função do aumento considerável no número de consultas externas formuladas à Disit versando sobre o PIS e a COFINS não-cumulativas (Lei 10.833/03, com alterações efetuadas pelas Leis 10.865/04, 10.925/04, 10.996/04 e 11.051/04) e sobre a abrangência do conceito de serviços hospitalares para fins de determinação de base de cálculo do Imposto de Renda (Ato Declaratório Interpretativo SRF nº. 18, de 2003).



Além dos objetivos acima relacionados, apresentados com seus respectivos indicadores de gestão, é importante listar, ainda, outras atividades desenvolvidas na Região relacionadas a outros objetivos estratégicos:

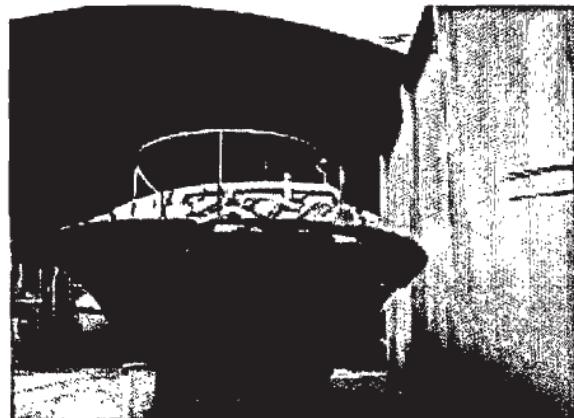
Objetivo - Promover a integração da SRF com órgãos de Estado e organismos, nacionais e internacionais

Várias foram as iniciativas para integração do trabalho da SRRF/07, em especial, através de sua Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho, com os órgãos de várias áreas de atuação dos Governos Federal, Estadual e Municipal dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Independente das ações específicas elencadas, o mais importante a destacar é o início da criação de cultura de que os diversos órgãos devem procurar trabalhar em conjunto, não somente quando em operações de interesse comum, mas também disponibilizando a estrutura de logística e treinamento,

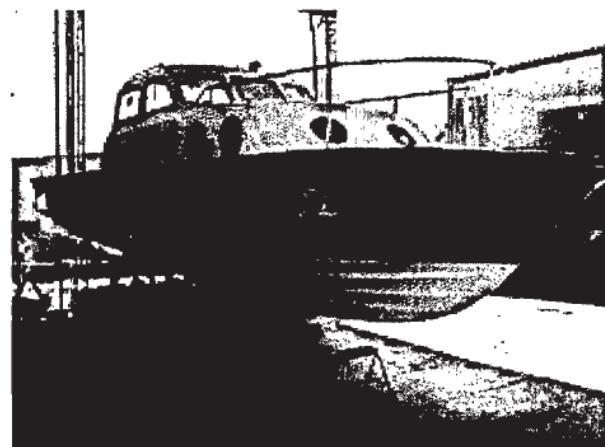
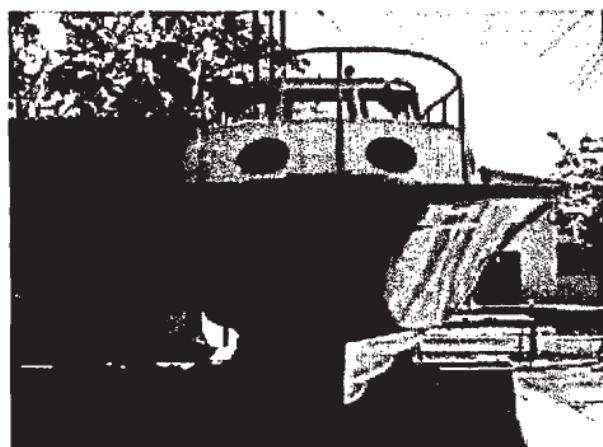
com inegáveis benefícios para todos, especialmente no que diz respeito a economia de recursos.

- a) Reforma da Lancha ALFANDEGA 702, pelo Centro de Manutenção Embarcações Miúdo do Comando em Chefe da Esquadra, na Base Naval de Mocangue. Esta embarcação foi reformada e será utilizada no serviço de apoio logístico da Ilha de Santa Bárbara e nas operações de treinamento com as lanchas mais novas.

ANTES:



DEPOIS:



- b) Curso de Formação Inicial em Piloto de Helicóptero no Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval e 1º Esquadrão de Helicópteros de Instrução, da Marinha do Brasil para 06 servidores da SRRF07;
- c) Curso Especial Básico de Operações de Embarcações do Estado no Serviço Público na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, para 20 servidores, com a participação de policiais do Grupamento Aero-marítimo da Polícia Militar do Rio de Janeiro;
- d) Guarda da embarcação apreendida Wega, Capitania dos Portos e 1º Distrito Naval;
- e) Curso de Vôo por instrumentos, realizado no 1º Batalhão de Aviação do Exército Brasileiro, em Taubaté, para 3 servidores;
- f) Curso de Tiro – STRESS FIRE no Centro de Adestramento e Avaliação do Exército Brasileiro – Vila Militar/RJ – formação de 27 servidores da SRRF07;
- g) Curso Especial Básico de Operações de Embarcações do Estado no Serviço Público na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, para 20 servidores;
- h) Curso Básico de Adestramento de Cães para 06 servidores em Vitória/ES;
- i) Curso de Coordenador de Manutenção de Helicóptero EC135 T2+ para 01 servidor na Helibrás – Itajubá/MG;
- j) Curso de Técnicas de Tiro e Abordagem na Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil – CORE/RJ;
- k) Palestra Sobre Combate a Pirataria no Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro para AFRF's e TRF's lotados na DIREP (12 servidores);
- l) Curso de Segurança da Informação ministrado pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicação da Presidência da República;
- m) Apoio Logístico junto as Forças Armadas (manutenção em viaturas (caminhão), remoção de aeronave para o Espírito Santo, manutenção na embarcação Alfândega 702, guarda de apreensão (WEGA);
- n) Apoio de Segurança Policial nas Operações terrestres da Direp/SRRF07, incluindo a escolta das equipes e mercadorias apreendidas, além da presença continuada próxima ao Depósito da Av. Brasil, com rondas regulares em favor da segurança daquele depósito;
- o) Apoio de Segurança Policial nas Operações do Grupamento Marítimo, através do Grupamento Aéreo-Marítimo da Polícia Militar do Rio de Janeiro, acompanhando nossas equipes em operações conjuntas de interesse mútuo e treinamento.

Objetivo - Intensificar a atuação da SRF no combate ao crime organizado

A criação da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Dirrep), em 25 de fevereiro de 2005, através do Regimento Interno da SRF já representa, por si só um avanço no sentido de intensificar a atuação da SRF no combate ao crime organizado.

Por outro lado, atuações conjuntas com a Polícia Federal ao longo do ano de 2006 permitiram operações de grande repercussão e sucesso, dentre as quais destacamos as seguintes:

1. Dilúvio

Desenvolvida em âmbito nacional, com ações simultâneas em diversos estados brasileiros e no exterior (EUA), envolvendo a participação de cerca de 450 servidores da SRF e 950 do DPF, sendo onze AFRF da 7ª RF. A operação visou o combate ao crime organizado na área do comércio exterior.

2. Branca de Neve

Operação desenvolvida nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com foco no primeiro. Vinte AFRF, dez viaturas e igual número de motoristas da 7ª RF participaram da operação e, em conjunto com 135 policiais federais, cumpriram 40 mandados de busca e apreensão (além de cinco de prisão), a fim de comprovar a prática de lavagem de dinheiro por uma antiga quadrilha especializada em fraudes contra a Previdência Social, cujas origens remontam ao final dos anos 80.

3. Farinha do Mesmo Saco

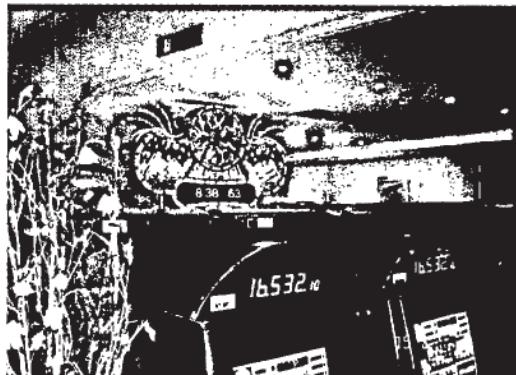
Com a participação de Auditores da 7ª RF, a SRF identificou e desarmou esquema de importação irregular de farinha de trigo procedente da Argentina. Vários importadores vinham declarando o produto como "misturas e pastas para a preparação de produtos de padaria, pastelaria e da indústria de bolachas e biscoitos". O esquema vinha beneficiando importadores do produto acabado (farinha de trigo, classificada como pré-mistura) em detrimento dos importadores de farinha de trigo classificada corretamente e da indústria nacional, posto que a farinha de trigo estava sujeita ao imposto de exportação na Argentina à alíquota de 20%, mesma aplicável ao trigo em grão, enquanto que a chamada "pré-mistura" pagava apenas 5% de I.E. ao deixar aquele País. Por consequência, a pré-mistura chegava ao Brasil a preços consideravelmente inferiores aos demais produtos, ocasionando concorrência desleal.

4. Sorriso Amarelo

A Receita Federal, com apoio da Polícia Federal, cumpriu seis mandados de busca e apreensão (cinco endereços residenciais e comerciais no Rio de Janeiro e um em Cachoeiro de Itapemirim, ES), expedidos pela 7ª Vara Federal Criminal/RJ, por solicitação da SRF e do Ministério Público Federal. Os 12 AFRF da SRRF07 e do Espei07 mobilizados para a operação buscaram comprovar a autoria de crimes contra a ordem tributária cometidos por renomado profissional liberal carioca, atuante no campo da odontologia estética. Foram mobilizados para a operação 6 delegados, 18 agentes e 6 escrivães da Polícia Federal.

5. Ouro de Tolo

Ação conjunta da SRRF07 com a Polícia Federal, contou com a participação de cerca de 420 policiais e 37 Auditores. A Superintendência da 7ª RF também proporcionou importante apoio logístico à operação, com o fornecimento de veículos, motoristas e 90 caminhões para o transporte das máquinas de vídeo bingo apreendidas.



Além de sua freqüente participação nesse tipo de operação, a SRRF07 também contribui de forma rotineira e significativa no combate ao crime organizado por meio do atendimento a inúmeras requisições de informações e de indicações para a abertura de procedimentos fiscais oriundas do Ministério Público Federal, sendo que em 2006 foram recebidos aproximadamente 650 ofícios com demandas diversas daquele *parquet*, os quais foram respondidos diretamente pelo Gabinete da Superintendência ou encaminhados aos órgãos locais competentes.

Não raro, são os próprios Auditores da 7ª RF que iniciam as investigações e alimentam, com os seus resultados, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, originando-se desta forma inúmeras operações de sucesso, como foi o caso de algumas daquelas relatadas acima.

Forma-se deste modo um círculo virtuoso entre os três importantes órgãos especializados no combate ao crime organizado, sendo que grande parte das demandas e requisições recebidas do Ministério Público Federal e da Polícia Federal originaram-se de ações iniciadas pela própria Receita Federal.

Objetivo - Fortalecer a imagem institucional da SRF e promover a conscientização tributária do cidadão

O Programa de Educação Fiscal é uma iniciativa de âmbito nacional que se reveste de grande importância para o desenvolvimento de uma consciência cidadã em torno do papel social dos tributos e do controle social dos gastos públicos.

Atualmente, a maior ênfase do Programa está na participação, organização, mobilização e controle social como fortalecimento do exercício da cidadania. Dentro dessa visão, as propostas do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) buscam o exercício da consciência crítica da sociedade para o controle social, promovendo,

por meio da educação, mecanismos de conscientização dos cidadãos a respeito da função socioeconômica dos tributos, do compartilhamento do conhecimento sobre a gestão pública, do fortalecimento da noção de bem público e nos conhecimentos voltados para o acompanhamento dos gastos públicos.

Para o ano de 2006, esta Superintendência Regional adotou estratégia visando a ampliar e fortalecer as bases do PNEF na 7ª RF, em especial a Equipe de Educação Fiscal da 7ª Região Fiscal, editando a Portaria SRRF07 nº 369, de 08 de junho de 2006. Tal medida visa a dar mais dinamismo às ações desenvolvidas e possibilitar um melhor controle dos resultados.

Também foram realizadas reuniões com os representantes de Educação Fiscal das unidades da SRF localizadas na 7ª RF, com o intuito de consolidar a “rede”, capacitar seus integrantes, bem como discutir e uniformizar as estratégias de atuação.

Nestas reuniões, que aconteceram no âmbito interno da 7ª RF, estiveram presentes as representantes da Secretaria Estadual de Receita/RJ que coordenam os trabalhos de Educação Fiscal no Estado do Rio de Janeiro. Esta SRRF07 entende que a integração de todos é fundamental para um trabalho de qualidade e focado nos objetivos institucionais e educacionais que norteiam o PNEF.

Por isso, e por força da Portaria Conjunta MEC/MF nº 413/2002, o PNEF é desenvolvido, no âmbito de cada Estado da Federação, pelas três instituições-pilares: Secretaria da Receita Federal, Secretaria Estadual de Receita e Secretaria Estadual de Educação, que juntas formam o Grupo de Educação Fiscal no Estado do Rio de Janeiro (GEFE/RJ). Daí a necessidade de um trabalho em conjunto, com ações integradas e coordenadas, de forma a otimizar os esforços.

Em junho de 2006, a 7ª RF deu um importante passo para a consolidação dessa estrutura, com a assinatura de Convênio para constituição oficial do GEFE/RJ (Convênio de Cooperação Técnica e Assistência Mútua nº 001, de 07/06/2006), em cerimônia na qual estiveram presentes, como signatários, além do Superintendente Regional da SRF, o Secretário de Educação, Dr. Arnaldo Niskier, e o Secretário Estadual de Receita, Dr. Antonio Francisco Neto.

Cabe destacar que o Estado do Rio de Janeiro é a única unidade da federação em que o GEFE já está oficialmente constituído.

Outra iniciativa da 7ª RF deu-se por ocasião da realização da 3ª etapa do concurso externo para Técnicos e Auditores da Receita Federal, realizada em agosto/2007. Além da inclusão do tema “Educação Fiscal” na grade de palestras para os novos servidores, todos eles foram automaticamente inscritos no curso à distância de educação fiscal, uma vez que esta Superintendência entende que o tema é uma espécie de “conteúdo mínimo” de conhecimentos que cada novo servidor deve ter para melhor desempenhar suas atividades. O quadro abaixo mostra a evolução do número de servidores da SRF que concluíram este treinamento, nos últimos 3 anos.

2004	2005	2006	Variação 2005/2006
---	20	42	110%

Em 2006, o GEFE/RJ promoveu o 1º Prêmio Destaque em Educação Fiscal, prêmio voltado para estimular o desenvolvimento de projetos nessa área. O objetivo era que os disseminadores implementassem ações concretas nas instituições em que trabalham e que os projetos finais relatassem essas experiências. Os 3 primeiros lugares e as instituições em que foram desenvolvidos os projetos receberam premiação doada pela SRF à Secretaria Estadual de Receita, que as repassou aos vencedores.

Ainda alinhado com este objetivo, podemos citar as diversas reuniões realizadas com as entidades de classe dos contabilistas (CRC/RJ, SESCON/RJ, SINDICONT-RIO e UNIPEC). Nessas reuniões, foram discutidas diversas questões referentes ao atendimento nos CAC/ARF da 7ª RF. De acordo com os representantes dessas entidades, há uma percepção geral entre os contabilistas de melhoria do atendimento nos CAC/ARF da Região.

Por solicitação das entidades, foram programadas ao longo do ano diversas palestras sobre assuntos pertinentes às obrigações tributárias, principais e acessórias, especialmente no âmbito da DERAT/RJO. Como parte desse esforço da 7ª RF em informar aos contribuintes sobre a legislação tributária e sua aplicação, destacamos as palestras virtuais ("chat") promovidas por esta Superintendência e pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) ao longo de 2006 quando foi possível sanar diversas dúvidas apresentadas pelos contabilistas sobre o PAEX – Parcelamento Excepcional estabelecido pela MP nº 303/2006.

Objetivo - Aprimorar a política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia

A atuação da área de tecnologia na 7ª Região Fiscal tem como principal objetivo o aprimoramento da política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia.

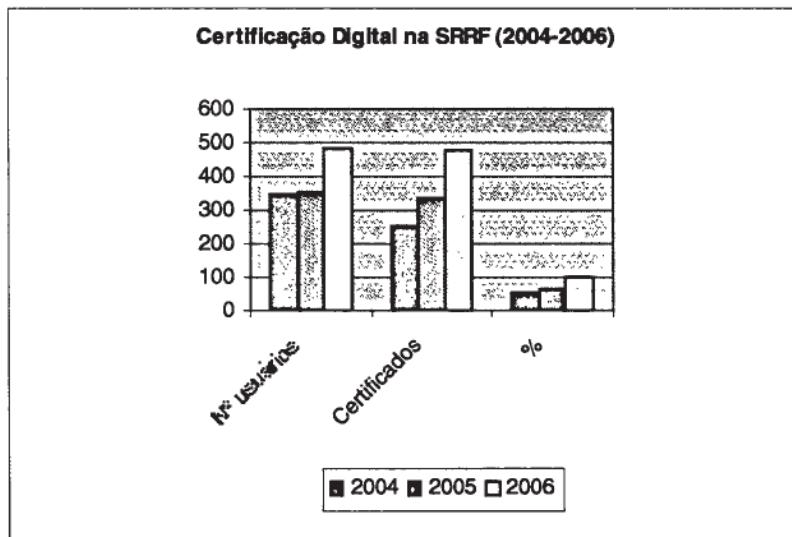
Cumpre destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido no fomento do intercâmbio de informações com órgãos da Administração Tributária e que tem, como resultado esperado, o Cadastro Nacional Sincronizado. A Divisão de Tecnologia da SRRF vem participando de reuniões da Subcomissão Técnica do CNAE, além de reuniões do Cadastro Sincronizado Nacional e com as entidades interessadas na 7ª Região Fiscal, a fim de serem ajustadas especificações e, desta forma, acelerar sua implantação. O sistema de consulta prévia de endereço na internet já foi homologado em abril de 2006 e encontra-se em funcionamento. O SERPRO já está desenvolvendo a comunicação por rede para os Municípios, com previsão de conclusão da rede em Fevereiro de 2007 e, tão logo a rede esteja pronta, os teste de transmissão poderão ter início.

CADASTRO SÍNCRONIZADO	
Participação em reuniões da subcomissão técnica da CNAE – (Comissão Nacional de Classificação – CONCLA)	4
Participação em reuniões do Cadastro Síncronizado Nacional	6
Participação em reuniões com órgãos convenientes, Junta Comercial(RJ/ES), Secretaria de Fazenda do Estado(RJ/ES) e Prefeituras (Vitória-ES/Rio de Janeiro-RJ)	12

No esforço que vem sendo empreendido com vistas à melhoria e padronização do parque tecnológico da 7ª Região Fiscal, foram preparadas as especificações do edital para a elaboração dos projetos das redes de todas as unidades da 7ªRF, dando continuidade ao projeto de reestruturação da rede. O processo licitatório para selecionar as empresas responsáveis pela elaboração dos projetos de rede local para todos os ambientes da 7ªRF chegou a termo. Foi dividido em três lotes, de acordo com a distribuição geográfica da Região. Foram adquiridas, também, impressoras laser coloridas, visando eliminar a necessidade de manter funcionando algumas jato de tinta e Tektronics.

As atividades desenvolvidas pela Região, voltadas para este objetivo, são:

- Certificação digital: o início da certificação digital ocorreu no ano de 2004. Os valores expressos incluem apenas a certificação dos servidores da SRRF, bem como outras Divisões agregadas à SRRF (Dicor/Cotec e Ditex/Coana). Algumas unidades também foram atendidas pela Superintendência por não possuírem ambiente credenciado (DRJ-I e parte da IRF/RJO). No ano de 2006 foi possível concluir a certificação de todos os funcionários da SRRF07, não obstante todos os problemas ocorridos desde a implantação da certificação digital.



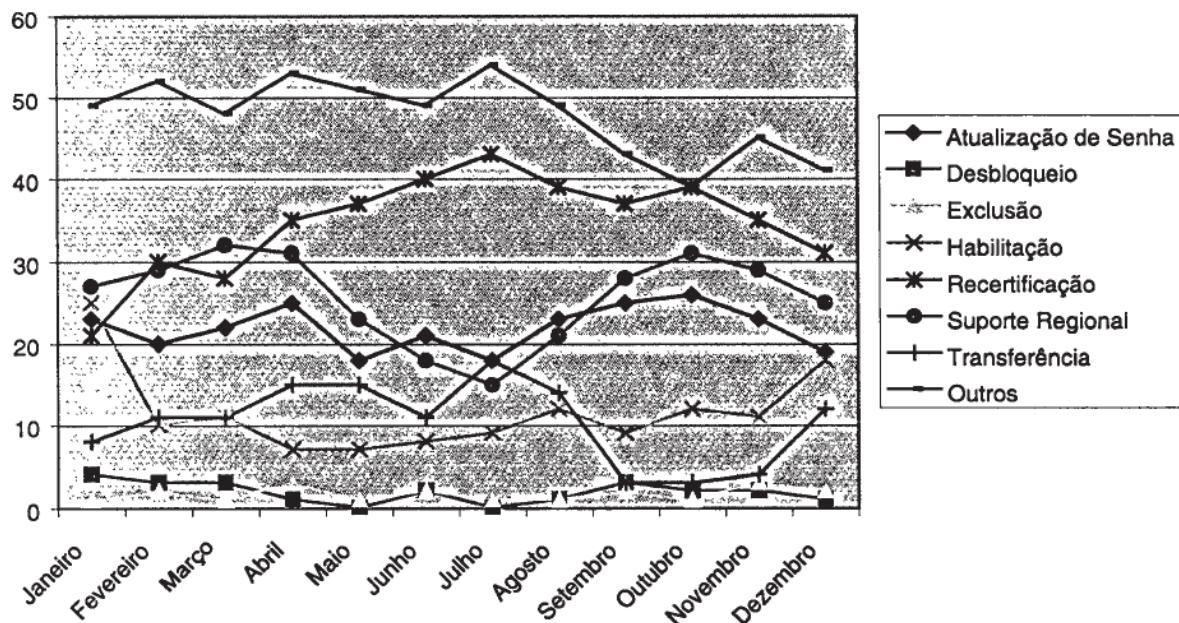
- Cadastramento: O quadro abaixo apresenta o número de solicitações dos usuários da Região, por tipo. O quantitativo espelha um ano de trabalho típico, já que não houve em 2006 algo que fizesse com que estes fossem significativamente alterados para maior ou menor.

Solicitação	Senha Rede SRF	Órgãos Conveniados	SIEF	SICAJ	Totais
Cadastramento	35	1102	26	228	0 1391
Habilitação	2552	7125	797	141	0 10615
Desabilitação	507	2622	16	151	0 3296
Troca de senha	259	81	0	149	0 489
Bloqueio	0	60	0	0	0 60
Desbloqueio	137	254	0	111	0 502
Exclusão	246	10	0	32	0 288
Atualização de dados	32	50	0	90	0 172
Devolução de formulários	79	5	115	103	0 302
Total geral	3847	11309	954	1005	0 17115

- Convênios: em 2006, além do suporte aos convênios já assinados, foram celebrados 8 acordos, dentre convênios e termos aditivos, diretamente pela 7ª RF ou com a interveniência da Ditec da Superintendência. Nesse contexto, cumpre destacar o Termo Aditivo firmado com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, que prorroga o prazo de vigência do convênio e que prevê a unificação dos procedimentos de cadastramento e alterações de dados do registro comercial e o intercâmbio de dados. Atualmente, aproximadamente 100 funcionários da 7ª Região Fiscal acessam o banco de dados da Jucerja e as tratativas para o acesso ao sistema de imagens do conveniente estão bastante adiantadas.

Em tempo, destaca-se, ainda, o convênio para fornecimento de informações firmado com o Tribunal Regional Federal e a Justiça Federal de 1º grau da 2ª Região mediante acesso ao serviço “INFOJUD” e o encaminhamento da solicitação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para a feitura do convênio ao Gabinete do Sr. Secretário da Receita Federal.

Atendimento a usuários Notes: o aumento do número de usuários Notes teve como razão a chegada dos novos concursados e a centralização, em um único servidor Notes, dos usuários da Derat e da Defic, ainda não inteiramente completada.

Tipos de Atendimento

Objetivo - Implementar gestão de excelência na SRF

Mediante a realização de freqüentes reuniões gerenciais, com a participação de todos os Administradores da 7a Região Fiscal (Delegados, Inspetores, Agentes e Chefes de Divisão da Superintendência), o Superintendente procurou promover a integração entre as diversas unidades, ressaltando, inclusive, a necessidade de se estreitar o relacionamento entre as áreas aduaneira e de tributos internos, as quais tendem, tradicionalmente, a atuar de maneira estanque. Foram realizadas, em 2006, 23 reuniões.

Outra forma de implementação da gestão de excelência, no âmbito do Gabinete, se processou por meio da delegação de competência para os Assessores do Superintendente e Chefes de Divisão da Superintendência, visando o trabalho de rotina, a movimentação de expediente e o relacionamento com órgãos externos, do Gabinete e das Divisões, liberando-se o Superintendente, desta forma, para as atividades gerenciais e estratégicas.

II. 5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

(Item 5 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006 c/c Anexo IX da Portaria CGU nº 555/06)

ITEM SEM INFORMAÇÃO A RELATAR

II. 6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

(Item 6 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006 c/c Anexo IX da Portaria CGU nº 555/06)

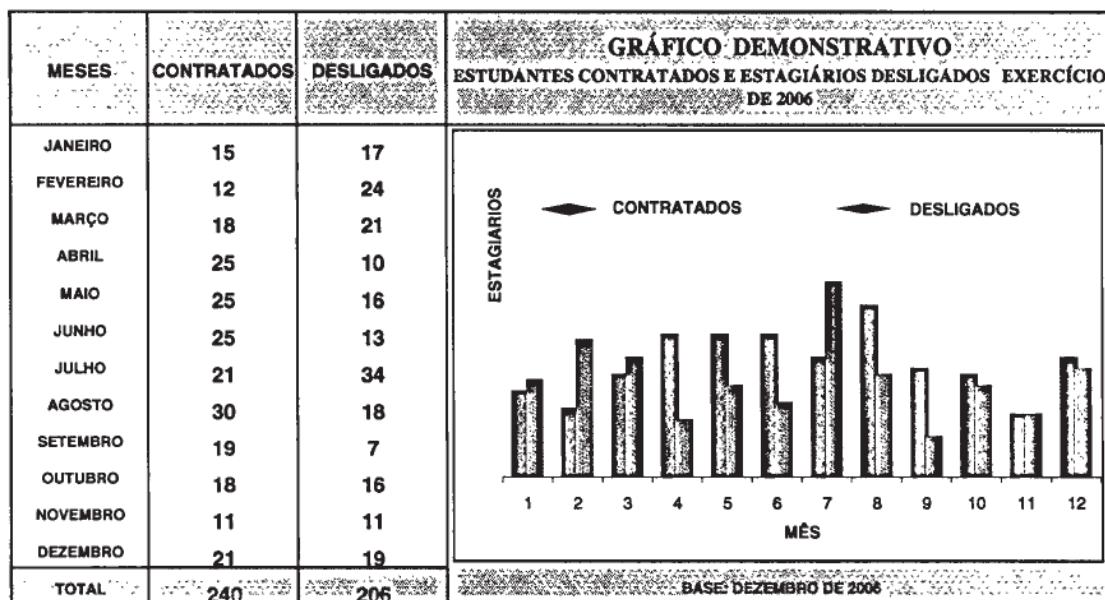
No decorrer do ano de 2006, tiveram andamento dois convênios com órgãos do governo federal - a Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro, ambos relativos a treinamento e formação de pilotos de helicópteros.

Com relação ao Convênio da Marinha, 6 (seis) servidores concluíram com aproveitamento a fase teórica do curso de formação de pilotos de helicópteros e foram encaminhados à fase prática no início do ano de 2007. Até 31/12/2006, os alunos do curso de formação de pilotos voaram 323,2 horas ao longo do ano. O fim do treinamento está previsto para 30/03/2007 com a apresentação dos pilotos habilitados pela SRF.

Com relação ao Convênio do Exército, os três servidores concluíram a fase teórica do vôo por instrumentos, assim como a fase teórica da qualificação operacional na aeronave Pantera/ Dauphin, que propicia a qualificação operacional prática para a referida aeronave. Os servidores voaram, no total, 109,5 horas em 2006. Faltam voar 100,5 horas de vôo e estima-se que todos estejam habilitados no vôo por instrumentos. O convênio encerrará-se em 20 de março de 2007.

Ambos os convênios foram fundamentais, visto que permitiram que a SRF formassem seus primeiros pilotos nas melhores escolas de aviação do país a um preço muito inferior ao mercado.

Em relação ao Convênio firmado com o Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro – CIEE, o objetivo principal foi atingido e os recursos foram corretamente aplicados na medida que, ao longo do exercício de 2006, conseguiu-se auxiliar na formação de 252 estagiários de diversas graduações de nível superior em quantidade necessária para atender às necessidades das Unidades da SRF . Ressalta-se que o baixo valor da bolsa-auxílio, R\$ 260,00, instituído por norma de âmbito Federal do Ministério do Planejamento, influencia diretamente para a alta rotatividade dos estagiários, conforme pode ser verificado no quadro a seguir:



Processo	Assinatura	Vigência	DOU	Valor Pautado R\$	Valor Transferido no Exercício R\$	Contrapartida	Beneficiário	CNPJ	Situação da Avença
10768.001840/2005-94	25/11/05	01/12/06 a 31/12/06	22/2/2006	1.359.259,20	713.335,62	0,00	Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro - CIEE	33.661.745/0001-50	Objetivos e Metas alcançados - Correta Aplicação dos recursos
	08/02/06	08/02/06 a 31/12/06	24/2/2006	0,00	—	0,00			—
	01/11/06	01/01/07 a 31/12/07	2/1/2007	1.359.259,20	—	0,00			—
	09/02/07	09/02/07 a 31/12/07	12/2/2007	0,00	—	0,00			—
	10/01/07	10/01/07 a 31/12/07	27/2/2007	0,00	—	0,00			—
	24/08/06	11/09/06 a 30/03/07	11/9/2006	840.000,00	840.000,00	0,00			Comando de Operações Terrestres do Ministério do Exército
	10168.001107/2006-10	09/10/06 a 31/03/07	9/10/2006	647.010,00	647.010,00	0,00	Comando da Marinha por: Intermédio do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval	00.394.502/0095-24	Objetivos e Metas serão alcançados em 2007
	27/09/06	09/10/06 a 31/03/07	9/10/2006	647.010,00	647.010,00	0,00	Comando da Marinha por: Intermédio do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval	00.394.502/0095-24	Objetivos e Metas serão alcançados em 2007

Saldos das Contas de Convênio

UNIDADE	U.G	Valores a Liberar 199620300	Saldo a Aprovar 199620500	Saldo a Comprovar 199640400	Nº Convênio	Convenente	Situação que Determinou a Pendência
SRRF07	170116	113.271,60	0,00	0,00	554341	Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro – CIEE	Saldo de dezembro/2006 que seria pago em janeiro/2007 - Restos a Pagar

II. 8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

(Item 8 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006)

ITEM SEM INFORMAÇÃO A RELATAR – INFORMAÇÃO CONSTANTE DA TOMADA DE CONTAS DA UJ CONSOLIDADORA Nº 170010 – SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 10168.000613/2007-72

II. 9) PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

(Item 9 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006)

ITEM SEM INFORMAÇÃO A RELATAR – INFORMAÇÃO CONSTANTE DA TOMADA DE CONTAS DA UJ CONSOLIDADORA Nº 170010 – SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 10168.000613/2007-72

II.11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO:

(Item 11 do Anexo II c/c Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006 c/c Anexo IX da Portaria CGU nº 555/06)

II.11.1) Total de despesas realizadas mediante o uso de cartão de crédito:

UNIDADES 7ª RF		FATURAS
UG	Unidade	
170103	DRF/VIT	1.215,84
170116	SRRF07	5.819,01
170118	ALF/RJO	3.752,57
170121	DRF/NIT	7.176,63
170122	DRF/NIU	0,00
170125	ALF/GIG	6.763,76
170316	Deinf/RJO	1.763,08
170386	IRF/MCE	618,80
Total		27.109,69